

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS**

PATRICIA DUTRA FRANK

**O FENÔMENO SOCIAL DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE AS MÃES SOLO QUE ACESSAM A EDUCAÇÃO INFANTIL DO
INSTITUTO DE MENORES DOM ANTÔNIO ZATTERA NO MUNICÍPIO DE
PELOTAS-RS.**

PELOTAS

2024

Ficha catalográfica

Frank, Patrícia Dutra

O fenômeno social da feminização da pobreza: um estudo de caso sobre as mães solo que acessam a educação infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera no Município de Pelotas-RS./ Patrícia Dutra Frank. - Pelotas: UCPEL, 2024.

45 f.

Orientadora: Christiane Russo Freire.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Política Social e Direitos Humanos. - Pelotas, BR-RS, 2024.

1. Feminização da pobreza. 2. Acesso à educação. 3. Mães solo. 4. Vulnerabilidade social. I.Freire, Christiane Russo. II.Título.

Bibliotecária responsável: Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

PATRÍCIA DUTRA FRANK

**O FENÔMENO SOCIAL DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE AS MÃES SOLO QUE ACESSAM A EDUCAÇÃO INFANTIL DO
INSTITUTO DE MENORES DOM ANTÔNIO ZATTERA NO MUNICÍPIO DE
PELOTAS-RS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Sociais e Direitos Humanos.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Christiane Russomano Freire.

PELOTAS

2024

PATRÍCIA DUTRA FRANK

**O FENÔMENO SOCIAL DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE AS MÃES SOLO QUE ACESSAM A EDUCAÇÃO INFANTIL DO
INSTITUTO DE MENORES DOM ANTÔNIO ZATTERA NO MUNICÍPIO DE
PELOTAS-RS.**

Dissertação de Mestrado apresentada,
como requisito parcial para qualificação da
dissertação de Mestrado no Programa de
Pós-Graduação em Política Social e
Direitos Humanos da Universidade
Católica de Pelotas.

Aprovado em 29 de outubro de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Dr.^a Christiane Russomano Freire (orientadora).

Prof. Dr.^a Vini Rabassa (PPG-Política Social e Direitos Humanos, UCPEL)

Prof. Dr.^a Maria Palma Wolff (Universidade de Zaragoza)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força, coragem e sabedoria para chegar até aqui.

Ao meu amado marido, Gerson, que esteve ao meu lado em todos os momentos, oferecendo seu suporte emocional e afetivo de forma inabalável. Sua paciência e amor foram fundamentais para que eu pudesse seguir em frente, mesmo nas horas mais difíceis.

Aos meus filhos, Bruno e Gabriela, que, com suas juventudes e entusiasmo, me incentivaram e inspiraram a nunca desistir. Vocês são meu orgulho e minha maior motivação.

Aos queridos Padre Jaime e Padre Marcus, que, além de guiarem meu caminho espiritual, foram generosos em me proporcionar o suporte financeiro necessário em momentos cruciais. Sou profundamente grata pelo auxílio e pelas orações que tanto me fortaleceram.

Ao Instituto de Menores Dom Antônio Zattera, pelas parcerias e oportunidades que enriqueceram meu percurso acadêmico, colaborando para a concretização deste trabalho.

À minha amiga Fabiane, que acreditou nesse sonho tanto quanto eu, oferecendo seu apoio incondicional e me impulsionando a alcançar mais.

À minha orientadora, Prof. Dra. Christiane Russomano Freire, que foi incansável ao longo deste processo, orientando-me com sabedoria, paciência e dedicação. Sua contribuição foi essencial para a realização deste trabalho.

E, por fim, à Universidade Católica de Pelotas, que me acolheu e ofereceu todas as condições para que eu pudesse me desenvolver academicamente.

A todos, meu mais sincero e profundo agradecimento.

RESUMO

A presente pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, especificamente na linha II de pesquisa: Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça, discorrerá sobre o fenômeno social da feminização da pobreza: um estudo de caso sobre as mães solo que acessam a Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera no Município de Pelotas. A escolha do tema justifica-se pela sua relevância, principalmente no que se refere às mães solo em vulnerabilidade social, realidade que tem aumentado nas últimas décadas, tanto no país como no município de Pelotas. Nessa perspectiva, por meio da pesquisa qualitativa, problematizamos a situação em que se encontram as mães solo atendidas na Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera, enfatizando suas trajetórias de vida, assim como a eficácia ou não eficácia da rede de assistência e proteção social existente no município Pelotas. O critério para a seleção da amostra consistiu nas mães solo que possuem filhos de até seis anos, frequentando a Escola de Educação Infantil, em funcionamento no Instituto de Menores Dom Antônio Zattera. A pesquisa investigou o impacto do atendimento oferecido pelo Instituto de Menores, na escola de turno integral, destinada às crianças menores de seis anos, para a inserção das mães solo no mercado de trabalho, para a organização familiar e a garantia do processo de reprodução social, e, ainda, para o acesso dessas mães aos programas de assistência social disponibilizados pelo município de Pelotas. Nessa perspectiva, a investigação proposta buscou dar visibilidade a esse fenômeno social, bem como suscitar o debate, com o intuito de contribuir para a universalização e a democratização das ações e programas existentes no município, voltados à prevenção e combate dos processos reiterados de exclusão e opressão que afetam as mães solo em vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Feminização da pobreza; Acesso à Educação; Mães solo, Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

This research, developed within the Postgraduate Program in Social Policy and Human Rights at the Catholic University of Pelotas, specifically in Research Line II: Human Rights, Security, and Access to Justice, addresses the social phenomenon of the feminization of poverty. The study focuses on single mothers who access early childhood education at the Instituto de Menores Dom Antônio Zattera in the municipality of Pelotas. The choice of this topic is justified by its relevance, especially concerning single mothers in social vulnerability, a reality that has increased in recent decades both in the country and in Pelotas. From this perspective, through qualitative research, we problematize the situation of single mothers served in the early childhood education program at the Instituto de Menores Dom Antônio Zattera, emphasizing their life trajectories and the effectiveness or ineffectiveness of the existing social assistance and protection network in Pelotas. The criteria for sample selection consisted of single mothers with children up to six years old attending the early childhood education school currently operating at the Instituto de Menores Dom Antônio Zattera. The research investigated the impact of the services provided by the Instituto de Menores, through the full-time school for children under six years old, on the labor market insertion of single mothers, family organization, and the guarantee of the social reproduction process, as well as access to social assistance programs available in the municipality of Pelotas. In this perspective, the proposed investigation sought to bring visibility to this social phenomenon, stimulate debate, and propose specific actions and programs to the municipal public institutions involved with the theme.

Keywords: Feminization of poverty; Single mothers; Social Vulnerability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Número e percentual de mães solo e de mães casadas ou com companheiros(as) que acessam os serviços da Escola de Educação Infantil Dom Antônio Zattera	34
Gráfico 2 - Idade das mães solo usuárias da Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera por idade	35
Gráfico 3 - Número de filhos de mães solo usuárias da Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera	36
Gráfico 4 - Estado civil das mães solo usuárias da Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera por estado civil	37
Gráfico 5 - Naturalidade das mães solo que utilizam a Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera	37
Gráfico 6 - Atividades laborais das mães solo que utilizam a Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera	38
Gráfico 7 - Renda familiar das mães solo que utilizam a Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera	39
Gráfico 8 - Percentual e número de mães solo que acessam a Escola de Educação Infantil do IMDAZ e recebem ou não benefícios socioassistenciais	40
Gráfico 9 - Valores do programa de transferência de renda recebidos pelas mães solo usuárias da Educação Infantil da Instituição	41
Gráfico 10 - Número de mães solo que utilizam a Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera por número de pessoas que residem na mesma casa	42
Gráfico 11 - Raça/cor/etnia (conforme autodeclaração), das mães solo que acessam a Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera	43
Tabela 1 - Perfil socioeconômico das entrevistadas	49

LISTA DE ABREVIATURAS

DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMDAZ	Instituto de Menores Dom Antônio Zattera
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
SMED	Secretaria Municipal de Educação e Desporto
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL.....	13
3	O FENÔMENO SOCIAL DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: UMA HERANÇA NEFASTA DA TRADIÇÃO COLONIAL PATRIARCAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA..	18
3.1	MÃES SOLO E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: “UMA INJUSTA EQUAÇÃO”.	18
4	PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	30
4.1	AS ETAPAS DA PESQUISA.....	32
5	RESULTADOS DA PESQUISA.....	34
5.1	UM OLHAR SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES SOLO QUE ACESSAM OS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO INSTITUTO DE MENORES DOM ANTÔNIO ZATTERA.....	34
5.2	AS EXPERIÊNCIAS COMO MÃES SOLO E OS IMPACTOS DO ACESSO AO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO IMDAZ.....	45
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
	REFERÊNCIAS.....	63
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS QUE ORIENTOU A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS E APLICADAS ÀS MÃES SOLO QUE FREQUENTAM A EDUCAÇÃO INFANTIL DO INSTITUTO DE MENORES.....	68
	APÊNDICE B - ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA.....	70

1 INTRODUÇÃO

A escolha deste tema foi amadurecida desde o início da minha trajetória profissional como diretora do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera, posição que assumi em janeiro de 2019. Nessa função, observei de perto a realidade e as dificuldades enfrentadas por mulheres e mães trabalhadoras, responsáveis pelo sustento e pela organização familiar.

O acompanhamento profissional e a observação das famílias atendidas pela instituição revelaram que as mães solo enfrentam maiores desafios para a inserção no mercado de trabalho e para garantir as condições básicas de reprodução social, que incluem a criação, a educação e a socialização dos seus filhos. Essas constatações iniciais motivaram a definição da temática e a escolha do campo de pesquisa desta dissertação de mestrado.

O campo de pesquisa limita-se à Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera (IMDAZ), que oferece turno integral para crianças menores de seis anos e atualmente atende 79 mães, das quais 37 são mães solo. Este será o universo do estudo de caso proposto.

Através da pesquisa bibliográfica e do mapeamento de dados, percebe-se que as mães solo enfrentam uma realidade complexa, caracterizada pela sobreposição de papéis na organização familiar, na qual atuam como mãe, mulher e trabalhadora. Ao trazer para o estudo a experiência concreta das mães solo que utilizam a Educação Infantil no Instituto de Menores em Pelotas, a pesquisa visa compreender e problematizar as diferentes dimensões desse fenômeno social territorializado, identificando lacunas e fragilidades, capazes de subsidiar ações do poder público e dos parceiros privados para o fomento de iniciativas capazes de fazer frente a essa realidade.

Para analisar o fenômeno social proposto neste trabalho, adotou-se como metodologia o estudo de caso, definindo o Instituto de Menores Dom Antônio Zattera, no município de Pelotas, como campo de pesquisa. A partir das informações do banco de dados da instituição, foi possível construir o perfil sociodemográfico das mães que acessam a Educação Infantil, identificando a amostra das mães solo que compuseram o grupo para a realização das entrevistas semiestruturadas.

Dentre as trinta e sete mães solo mapeadas, dez se dispuseram a conceder as entrevistas. Nessa perspectiva, a abordagem proposta é de caráter qualitativo, cuja ferramenta essencial foi a realização de entrevistas com roteiros flexíveis, a fim de captar as trajetórias de vida das entrevistadas, suas experiências como mães solo, suas percepções sobre a acessibilidade aos serviços públicos disponíveis no município e, substancialmente, o impacto da oferta de educação básica promovida pelo IMDAZ na estruturação e organização das famílias chefiadas exclusivamente por mulheres.

Diante do exposto, a presente dissertação de mestrado está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “A importância da Educação Infantil para famílias em vulnerabilidade social” apresenta a relevância em discutir o tema da vulnerabilidade social para pessoas inseridas neste contexto social.

No segundo capítulo, “O fenômeno social da feminização da pobreza: uma herança nefasta da tradição colonial patriarcal da sociedade brasileira”, são abordadas as questões coloniais e patriarcais que marcam a história do Brasil e definem os papéis econômicos, sociais e culturais subalternos atribuídos às mulheres. Ainda, são problematizadas as mudanças nos modelos tradicionais de família na contemporaneidade, o aumento do número de mães como únicas responsáveis pela reprodução social e como essa tendência intensificou o processo de feminização da pobreza.

O terceiro capítulo “Etapas da pesquisa” descreve os métodos utilizados na pesquisa empírica, apresentando as fases do estudo de caso, o problema de pesquisa, as hipóteses, os objetivos gerais e específicos, a definição do campo e a construção dos instrumentos de coleta qualitativa.

O quarto capítulo, “Resultados da pesquisa” expõe o mapeamento do perfil das mães solo que acessam os serviços de Educação Infantil no IMDAZ e a análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas. Esta análise visa captar as percepções dessas mães sobre suas experiências como mães solo, os impactos da garantia do acesso ao direito à Educação Infantil na estruturação e autonomia familiar. Além disso, busca-se identificar obstáculos, lacunas, avanços e retrocessos no acesso às políticas sociais destinadas às famílias em vulnerabilidade social no âmbito municipal.

Nas considerações finais, pretende-se demonstrar a necessidade de ampliar a rede de direitos e proteção social, considerando o crescente número de mulheres responsáveis pela reprodução social da vida, bem como a necessidade de iniciativas

nas áreas de educação, saúde e assistência social nos municípios. Essa ampliação poderia mitigar os fatores que intensificam a feminização da pobreza, especialmente entre as mães solo.

2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

No contexto brasileiro, a percepção de que crianças de até quase seis anos são detentoras de direitos e, portanto, devem ter garantido o acesso a uma educação de excelência, ministrada por profissionais especializados para atender essa etapa inicial da vida, ganhou relevância a partir dos anos 1980. A Constituição Federal de 1988 incluiu a educação básica obrigatória e gratuita entre os direitos sociais essenciais, conforme o artigo 6º, dispondo sobre a responsabilidade do Estado, e definiu a sua efetivação no artigo 208:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I. Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II. Progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III. Atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

IV. Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos.

V. Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI. Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII. Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, implica responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, 1988)

Dentre as distintas modalidades de educação, o inciso IV do artigo 208 regulamenta a Educação Infantil, incluindo a frequência em creches e pré-escolas para as crianças de até cinco anos.

A consolidação do reconhecimento da infância como fase essencial do desenvolvimento humano, assim como das crianças como sujeitos de direitos, os quais devem ter assegurados um conjunto de direitos fundamentais, tal como o direito à educação, exigiu importantes mobilizações sociais e iniciativas políticas, e levou décadas para se concretizar no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n.º 9.394/1996) reconheceu a Educação Infantil como um

componente essencial da educação básica para todos os brasileiros. Isso influenciou diretamente os serviços oferecidos às famílias, destacando a necessidade de educadores especializados. A educação para crianças de até cinco anos vai além das atividades tradicionais e celebrações, exigindo que elas estejam sob a supervisão de profissionais capacitados que implementem abordagens pedagógicas bem estruturadas.

O crescimento da criança é um processo dinâmico que engloba avanços nas esferas física, emocional, social e cognitiva. Estas evoluções são manifestas através das competências adquiridas, comportamentos observados e formas de comunicação da mesma. Portanto, a evolução infantil está intrinsecamente ligada às habilidades demonstradas em diferentes etapas de seu crescimento (Coelho et al., 2016).

As instituições de Educação Infantil desempenham um papel crucial, oferecendo às crianças estímulos adequados e promovendo habilidades socioemocionais, linguísticas e motoras. Tais habilidades são fundamentais para o desenvolvimento da autoestima, da capacidade de resolução de problemas e das habilidades sociais, preparando as crianças para futuros desafios.

No contexto de famílias em vulnerabilidade social, a relevância da Educação Infantil é amplificada ao atuar como um meio de romper o ciclo intergeracional de pobreza e desigualdade. A Educação Infantil apresenta potencial de agente transformador para famílias e crianças em situação de vulnerabilidade social. Ela oferece um espaço seguro, onde a criança pode explorar, aprender e se desenvolver, livre de muitas das adversidades presentes em seu ambiente doméstico. Além disso, a escola pode servir como um refúgio, oferecendo alimentação adequada, cuidados médicos básicos e, em alguns casos, apoio psicológico (Rodrigues, 2019).

Quando uma criança de uma família em vulnerabilidade tem acesso à Educação Infantil de qualidade, isso não beneficia apenas a criança, mas toda a família. A educação pode capacitar os pais, fornecendo-lhes ferramentas e recursos para melhorar suas próprias habilidades parentais, promovendo práticas educativas mais eficazes em casa. Isso cria um ciclo virtuoso onde a educação se torna um valor familiar, sendo transmitida de geração em geração.

A Educação Infantil desempenha um papel crucial na redução das desigualdades econômicas, sociais e culturais. Ao oferecer oportunidades iguais de aprendizado para todas as crianças, independentemente de sua origem socioeconômica, a educação básica pode nivelar o campo de jogo. Isso permite que

crianças em situações vulneráveis tenham a chance de quebrar o ciclo de pobreza, alcançando um maior nível de educação e, conseqüentemente, melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida na vida adulta (Rodrigues, 2019).

Dessa forma, os processos educacionais destinados à infância são investimentos de longo prazo com retornos significativos para a sociedade na totalidade. Crianças que têm acesso a uma educação de qualidade na primeira infância têm maior probabilidade de concluir a educação básica, obter empregos decentes e contribuir positivamente para suas comunidades. Além disso, essas crianças estão menos propensas a se envolver em comportamentos de risco, como a criminalidade, e mais propensas a serem cidadãs ativas e produtivas (Rodrigues, 2019).

Reconhecer os diversos elementos que podem afetar o progresso infantil é essencial, tais como o contexto socioeconômico, limitações financeiras, níveis educacionais reduzidos, condições habitacionais precárias e a ausência de acesso a serviços essenciais como educação, saúde, esporte e recreação. Esses fatores criam uma situação de vulnerabilidade, aumentando as chances de a criança enfrentar obstáculos e desafios em sua trajetória de desenvolvimento (Silva; Veríssimo & Mazza, 2015).

A vulnerabilidade educacional, concebida por Rodrigues (2019) como uma extensão do conceito de vulnerabilidade social, foca especificamente nas fragilidades relacionadas à esfera educacional. Entende-se a vulnerabilidade educacional como a manifestação de desafios no campo educacional, mantendo a crença na capacidade individual, grupal ou comunitária de criar estratégias para superar essas adversidades.

As diferentes dimensões da vulnerabilidade educacional, especialmente entre crianças e adolescentes, são evidenciadas pelo entendimento firmado pela Secretaria Municipal de Educação do estado de São Paulo, em documento publicado no ano de 2021:

um conjunto de situações que fragilizam, interferem ou impedem as aprendizagens de bebês, crianças e adolescentes em razão do não atendimento de suas necessidades educacionais, fazendo com que estes sujeitos não tenham seu direito de desenvolvimento contemplado de forma digna e plena, uma vez que a educação é direito humano público, subjetivo, inalienável e universal. (São Paulo, 2021, p. 11).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, trazem indicadores

importantes para a problematização do que se compreende como vulnerabilidade educacional. Segundo a PNAD, 56% da população brasileira com 15 anos ou mais não sabia ler, ou escrever, compreendendo 9,6 milhões de pessoas. A pesquisa demonstrou que, considerando a população com 15 anos ou mais, 5,9% dos homens e 5,4% das mulheres não sabem ler (PNAD/IBGE, 2022).

Outro aspecto significativo trazido pela pesquisa refere-se às discrepâncias regionais. O Nordeste registrou 53% da totalidade de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever, alcançando 11,7% de toda população do país. No Norte, o percentual é de 6,4%, no Centro-Oeste é de 4%, no Sul é de 3% e, no Sudeste, 2,9%. Além disso, somam-se às desigualdades regionais as assimetrias quanto às variáveis de raça e cor, com 3,3% das pessoas brancas e 8,2% das pessoas pretas e pardas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever (PNAD/IBGE, 2022).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) destaca que uma das consequências mais graves das desigualdades, especialmente de raça e etnia, é a desistência ou expulsão de crianças e adolescentes da escola antes da conclusão da educação básica, efeito que se intensificou na pandemia de COVID-19 (Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, 2021).

Segundo a Nota Técnica do INESC (2021), o fato de que 80% dos estudantes que frequentam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) sejam pretos e pardos é um indicativo incontestável de que esses grupos são os que mais abandonam os estudos ou estão em distorção idade-série. A distorção idade-série é uma das dimensões mais proeminentes do processo de vulnerabilidade educacional, especialmente nas escolas públicas, que atendem majoritariamente crianças e adolescentes negros em todas as etapas da educação básica (INESC, 2021).

A análise da vulnerabilidade educacional no Brasil destaca os desdobramentos desse fenômeno na Educação Infantil (creches e pré-escolas), foco do presente estudo. As crianças na fase inicial de suas vidas, frequentando creches e pré-escolas, requerem mais do que simples cuidados; elas merecem uma educação adequada às suas necessidades de desenvolvimento biológico e psicológico, abrangendo a cognição, motricidade, sociabilidade e afetividade (São Paulo, 2021).

No entanto, a realidade brasileira está longe de garantir esse direito para todas as crianças. Considerando a fragilidade das políticas públicas voltadas à garantia do direito de acesso universal à Educação Infantil – que aparece como um não direito às

creches e pré-escolas – é inquestionável que tal situação aparece como um dos fatores preponderantes e de estruturação da vulnerabilidade socioeconômica das mães solo.

3 O FENÔMENO SOCIAL DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: UMA HERANÇA NEFASTA DA TRADIÇÃO COLONIAL PATRIARCAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

3.1 MÃES SOLO E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: “UMA INJUSTA EQUAÇÃO”

Neste capítulo serão tecidas considerações sobre as heranças coloniais e patriarcais que moldaram a sociedade brasileira, destacando a figura do patriarca como detentor do poder e da propriedade e seus impactos para a subordinação das mulheres a esses padrões históricos e a constituição do fenômeno social de feminização da pobreza.

O fenômeno social contemporâneo da feminização da pobreza aparece como uma das heranças mais nefastas das tradições coloniais e patriarcais que marcam a história do país. Nesse cenário, identifica-se uma sobreposição de vulnerabilidades marcadas pela combinação de desigualdades e exclusões socioeconômicas com diferentes formas de opressão que moldam todas as formas de sociabilidade no país.

Ainda, o fenômeno de feminização da pobreza aparece potencializado quando o foco se desloca para as famílias chefiadas exclusivamente por mulheres. Como elemento constitutivo da realidade social brasileira, o empobrecimento das mulheres, normalmente mães e responsáveis pelo núcleo familiar, traz fortes componentes étnicos raciais, e resta evidente por meio da precarização do trabalho, das baixas remunerações salariais, da exclusão educacional e social.

Analisando a sociedade brasileira, Freyre (2003) deixa evidente o lugar do homem historicamente construído desde o período colonial, como sendo o patriarca, estabelecendo relações de propriedade sobre a vida e o comportamento das mulheres. A violência simbólica constitutiva dessa relação fez com que as mulheres fossem objetificadas, tornando-as submissas e subordinadas aos desejos e vontades masculinas.

Longe de se tratar de uma atitude localizada na individualidade dos atores sociais, os papéis definidos estão inscritos na própria trama social historicamente determinada. Seja na casa (fruto dos acordos privados), seja na senzala (fruto das relações-públicas de comércio e opressão) e nas linhas tênues que separam esses dois cenários, a propriedade, o patrimônio, enfim, o poder é do patriarca (Lira; Barros, 2015).

Baseando-se em uma série de fatores históricos, foram atribuídas às mulheres as chamadas “responsabilidades domésticas” e, em algumas culturas, isso mudou pouco ou quase nada com o passar dos anos. Ainda hoje, muitas mulheres são involuntariamente responsabilizadas exclusivamente pelo cuidado com o lar e os filhos.

Portanto, podemos dizer que, historicamente, a naturalização de características biológicas e dos papéis socialmente construídos metamorfoseou o que era apenas uma diferença biológica, por exemplo, em desigualdades de ingresso em funções políticas, econômicas e sociais (Hirata, 2001).

O Brasil tem uma memória histórica de famílias centradas no patriarcado, ou seja, na figura e na importância da autoridade masculina. Essa cultura faz com que a mulher e os filhos “incorporem determinadas obediências”, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Por isso, muitas mulheres se responsabilizam pelos cuidados com os filhos porque “já são criadas e socializadas nesses valores” (Franzin; Ferreira, 2017).

A modernização socioeconômica ocorrida no Brasil na década de 1970, segundo Margareth Rago, inseriu milhares de mulheres no mercado de trabalho, fortalecendo às organizações feministas que passaram a cobrar de maneira incisiva uma redefinição do lugar atribuído à mulher (Rago, 2004 apud Galli, 2013). A inserção da mulher no mercado de trabalho, espaço que por muito tempo foi dominado pelos homens, fez com que as mulheres assumissem, gradualmente, tanto o trabalho fora de casa como as tarefas domésticas, vivenciando a sobrecarga de uma dupla jornada. Obviamente, a sobrecarga referida produz danos tanto à saúde física como mental, além de se constituir em uma espiral de reprodução de desigualdades e subordinações.

Ao analisar a maternidade e o mercado de trabalho, Machado (2016) observa que a probabilidade de emprego das mães no ambiente formal aumenta gradualmente até o momento da licença maternidade, e decai depois, principalmente, para quem tem menos instrução. Além disso, é possível identificar que a queda das taxas de empregabilidade se inicia imediatamente após o período de proteção ao emprego garantido pela licença, que no Brasil é de quatro meses. Após dois anos, quase metade das mulheres que tiraram licença-maternidade está fora do mercado de trabalho, um padrão que se perpetua inclusive 47 meses após a licença. A maioria

das saídas do mercado de trabalho dá-se sem justa causa e por iniciativa do empregador, ainda conforme o levantamento.

No que tange aos direitos sociais e de cidadania, o tratamento diferenciado entre homens e mulheres no Brasil aparece bem evidenciado no fato de que os homens dedicam aproximadamente onze horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto as mulheres dispendem em torno de vinte e seis horas semanais nessas mesmas atividades. No mercado de trabalho, os homens brasileiros trabalham, em média, quarenta e três horas por semana, enquanto as mulheres trabalham em torno de trinta e seis horas por semana. Considerando o total de horas trabalhadas, a média para as mulheres – 62 horas semanais – é bastante superior à dos homens (Franzin; Ferreira, 2017).

Concomitante às transformações ocorridas no mundo do trabalho e o alargamento dos processos educacionais, o Brasil experienciou, no século XX, uma mudança substancial no modelo familiar. No que se refere ao universo feminino, as mulheres conquistaram a sua cidadania, “garantindo o recebimento de salário e direitos trabalhistas, o registro de bens em seus nomes, o direito à herança, à educação superior, dentre outras coisas” (Araújo et al., 2013 apud Santiago, 2011, s/p).

Essas transformações aconteceram também no âmbito familiar, pois a mulher cada vez mais foi conquistando seu espaço. Ainda, segundo Santiago (2011), o homem está deixando de ser o chefe de casa, dividindo esse papel com a mulher e até transferindo para ela as responsabilidades com o sustento da família e dos filhos.

Como observamos, muitas mulheres tornam-se chefes de família, mesmo vivendo com seu companheiro, e muitas vem assumindo tal desafio sozinhas. Muitos são os motivos que impelem um significativo número de mulheres a assumir de forma solitária a chefia da família, tais como a viuvez, o abandono por parte dos companheiros, a falta de compromisso de muitos homens em desempenhar a paternidade, bem como decisões voluntárias de assumir solitariamente a responsabilidade.

Os indicadores produzidos acerca do perfil das mulheres chefes de família no Brasil demonstram que, apesar de possuírem maior formação educacional, elas normalmente recebem salários inferiores aos homens. Embora as mulheres venham assumindo cada vez mais o papel de chefes de família, não houve uma alteração substantiva do seu papel social, uma vez que permanecem em situações de

subalternização, subordinação e exploração, bem como a responsabilização individual pelos afazeres domésticos e cuidados como os filhos.

O número de mulheres chefes de família, nos últimos anos, cresceu significativamente. Sanches (2001 apud Carloto, 2005), apoiado em pesquisas nas regiões metropolitanas brasileiras, afirmou que:

os lares chefiados por mulheres possuem renda familiar inferior aos lares onde os homens são os chefes de família. Para a autora, nas famílias chefiadas por mulheres, encontram-se as maiores taxas de desemprego em relação ao chefe do domicílio. “Ao lado da menor remuneração das mulheres no trabalho, essas taxas mais elevadas compõem também o quadro da renda familiar sempre inferior encontrada nesses lares, quando comparado aos lares chefiados por homens. (Sanches, 2001, p. 153 apud Carloto, 2005, p. 9).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA¹ (2011), ao longo do período de 1995 a 2009, a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais. Esta proporção passou de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009.

Para Phelipe e Barbosa (2020),

Esse movimento, porém, se acentuou [...] Só entre 2014 e 2019, quase 10 milhões de mulheres assumiram o posto de gestora da casa, enquanto 2,8 milhões de homens perderam essa posição no mesmo período. A participação feminina entre os chefes de domicílio evolui desde 2012, ao passo que a masculina cai. Mas cresceu especialmente durante a crise, porque, na recessão, os homens sofreram mais com a perda de emprego e com a redução salarial, fazendo com que mais mulheres se tornassem as responsáveis pela renda da família (Phelipe; Barbosa, 2020, s/p).

O levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)², com base nos números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PNAD (IBGE, 2022), revela que o número de mulheres que são responsáveis financeiramente pelos domicílios vem crescendo a cada ano e já chega a 36,9 milhões. Ainda, conforme o DIEESE, em 2023, a maioria dos domicílios brasileiros era chefiado por mulheres. Dos 75 milhões de lares, 50,8%

¹ Dados retirados da publicação do IPEA, Retrato das desigualdades de gênero e raça. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 04. fev. 2024.

² Dados retirados do Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher Março/2023 - “As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho”, publicado pelo DIEESE. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>>. Acesso em: 04. fev. 2024.

tinham liderança feminina, correspondendo a 38,1 milhões de famílias” (DIEESE, 2023, p. 5).

Outro aspecto que merece atenção, refere-se ao fato de que nos primeiros seis meses de 2022, de acordo com Associação Nacional dos Registradores Civis de Pessoas Naturais, mais de 100 mil brasileiros não tiveram o nome do pai em registros de nascimento (Agência Brasil, 2022). Tais dados, inequivocamente, evidenciam a sobrecarga de responsabilidades atribuídas às mães.

Todas as mudanças ocorridas no âmbito dos modelos de famílias no último período trouxeram alterações substanciais nos papéis exercidos pelas mulheres. No âmbito brasileiro, conforme mencionado, mais da metade dos lares atualmente contam com a liderança feminina.

No entanto, se por um lado tal fenômeno reflete a ampliação da inserção da mulher no mercado de trabalho e a conquista de maior autonomia nas escolhas individuais, por outro, envolve aspectos não necessariamente positivos. Dentre eles, é possível citar as frequentes duplas jornadas de trabalho, traduzidas na sobrecarga de responsabilidades com atividades voltadas ao trabalho e aquelas destinadas aos cuidados com o lar e os filhos; as menores remunerações em relação aos homens; e, a ausência ou precariedade das redes de proteção e assistência disponíveis. Obviamente que, todos os fatores citados apontados afetam de maneira distinta os diferentes setores sociais, produzindo efeitos mais graves e desestruturantes nas famílias localizadas nos estratos socioeconômicos inferiores.

A questão racial aparece como fator determinante para a potencialização das vulnerabilidades socioeconômicas das mães solo. E de acordo com Feijó (2023):

Atualmente, de todas as mães solo entre 15 e 60 anos, 29,4% estão fora da força, 7,2% estão desempregadas e 63,3% estão ocupadas. Quando analisamos mães solo com filhos pequenos (até cinco anos), as chances de elas estarem fora da força aumenta para 32,4% e de estar desempregada sobe para 10%.

Entre as mães negras esses indicadores se tornam piores, pois de todas as mães solo negras com filhos pequenos, 34,6% estão fora da força de trabalho e 11,6% estão desempregadas. Essas proporções são bem maiores do que as verificadas para o grupo de mães solo brancas/ amarelas. (Feijó, 2023, s/p)

Para Carloto (2005):

A monoparentalidade, associada à pobreza, pode construir uma ideia de que as mulheres são menos capazes de cuidar de suas famílias sozinhas, ou seja,

sem o auxílio da figura masculina. Porém, é destacado que as mulheres ganharam mais independência e, por isso, passaram a assumir o controle financeiro de suas famílias. No entanto, esta associação não raramente acaba fortalecendo fatores de vulnerabilidade social ou de risco, mais do que potencializando autonomia financeira. (Carloto, 2005, p.15).

As experiências como mães solo em famílias atravessadas por situações de vulnerabilidade socioeconômica são fatores que contribuem para o que se denomina como fenômeno da “feminização da pobreza”, ou, dito de outra maneira, o crescimento da pobreza entre as mulheres.

O termo “mãe solo”, segundo a Academia Brasileira de Letras (2024), significa: “mãe que assume exclusivamente todas as responsabilidades pela criação do filho, tanto financeiras quanto afetivas, em uma família monoparental [...]indica uma forma de parentalidade, desvinculada do estado civil”.

A terminologia “mãe solo”, na perspectiva das autoras Finamori e Batista (2022), vem sendo utilizado a partir dos anos 2010. Tal concepção foi difundida por meio das redes sociais e inserida nos espaços acadêmicos, inicialmente, por mulheres que ocupam lugares na produção de conhecimento.

As produções que utilizam os termos “mãe(s) solo” e “maternidade solo” geralmente demonstram um acionamento analítico e descritivo do termo, buscando a desvinculação do caráter moralmente negativo presente na terminologia “mãe solteira” (Finamori; Batista, 2022).

O termo “mãe solteira” foi utilizado durante muito tempo para designar mulheres com filhos(as) que não se inseriam em relacionamentos conjugais, isto porque na sociedade era fundamental estar casada para tornar-se mãe. A ligação do termo ao estado civil demonstra que estar casada era uma espécie de *status* social que a mulher solteira não tinha, assim, o casamento em si permitiria a ascensão das mulheres a um melhor nível social (Borges, 2020).

Nesta perspectiva, Simone de Beauvoir (1970) traz uma contribuição ao afirmar que:

A mulher casada é autorizada a viver a expensas do marido; demais, adquire uma dignidade social muito superior à da celibatária. Os costumes estão longe de outorgar a esta possibilidades sexuais idênticas às do homem celibatário; a maternidade, em particular, é-lhe, por assim dizer, proibida, sendo a mãe solteira objeto de escândalo. (Beauvoir, 1970, p.176).

Desse modo, historicamente, as mães solteiras foram vítimas de todos os tipos de preconceitos em razão do seu estado civil, uma vez que não estavam consoantes aos padrões impostos pela sociedade tradicional. A hierarquia social fundada pelo patriarcado, ao naturalizar um modelo único de família, impôs às mães solteiras e seus filhos situações de subordinação e exclusão sociocultural, cujas consequências sempre foram mais profundas para as famílias que ocupam os estratos sociais inferiores.

A família tradicional idealizada pelo imaginário da sociedade capitalista clássica pressupunha a divisão de papéis e responsabilidades em relação à prole entre pais e mães, certamente que consideradas as singularidades dos atravessamentos sociais, econômicos e culturais. No entanto, as mudanças sociais, configuradas pela quebra de paradigmas morais, pela consolidação do espaço das mulheres no mundo do trabalho e pelo alargamento dos processos educacionais, ocorridas na sociedade contemporânea, permitiram a multiplicidade de modelos de famílias, dentre elas as monoparentais, as quais na ampla maioria tem as mulheres como únicas responsáveis pelo núcleo familiar.

A idealização do papel reprodutor, conferido às mulheres pela cultura patriarcal, não raras vezes, “romantiza” as trajetórias das mães solo, tratando tais experiências como simples escolha das mulheres, como realização de um sonho e, até mesmo como reafirmação de uma opção de autonomia, desconsiderando o fato de que, muitas vezes, não lhes é facultado escolha.

Soma-se a responsabilidade solitária com o núcleo familiar, a necessidade de as mulheres lutarem para conquistar espaços em outros cenários, tais como no mundo do trabalho, por oportunidades iguais as dos homens, além da inclusão e o reconhecimento nas mais diferentes dimensões da sociabilidade. Essa injusta equação vem traduzida na afirmação de Lisaukas (2022, s/p), “trabalhar como se não tivesse filhos, ser mãe como se não trabalhasse fora”.

No cenário atual, conforme os dados apresentados, o crescimento substancial de mulheres chefes de família e, em especial, da maternidade solo aparece atravessado pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho e pela fragilização das redes de proteção social, características da sociedade neoliberal contemporânea.

A precarização do trabalho, a redução dos vínculos formais e dos respectivos direitos trabalhistas, o crescimento das modalidades de trabalho informal, juntamente

com o desmonte das políticas públicas, aprofundaram as formas históricas de pobreza, desigualdade social e opressão na sociedade brasileira.

A pobreza deve ser compreendida como um fenômeno complexo e multidimensional que vai muito além de questões econômicas, no qual as baixas rendas constituem-se como apenas uma das dimensões. Para Amartya Sen (2000), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar preestabelecido.

Todavia, embora se entenda a pobreza como resultado de um processo que exclui os indivíduos nas dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas, cabe ressaltar que a desigualdade oriunda da estrutura econômica ainda figura como a principal razão da pobreza (Costa et al., 2005; Melo, 2005).

Os processos de exclusão e a pobreza são fenômenos multidimensionais que atingem diversamente os sexos/gêneros. Há privações específicas que envolvem diretamente as mulheres, tais como a vulnerabilidade, a violência doméstica e a falta de autonomia. Além destes fatores, para as mulheres, esta realidade de exiguidades é mais acentuada, uma vez que elas exercem múltiplas atividades sem remuneração nos âmbitos mercantil e familiar. Sua dedicação ao lar muitas vezes implica na sua dependência hegemônica do provisão masculino para a subsistência de suas famílias (Costa et al., 2005; Melo, 2005).

A feminização da pobreza deve ser compreendida como uma das diferentes dimensões do fenômeno complexo da pobreza. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1978, pela socióloga americana Diane Pearce, em seu artigo "*The feminization of poverty: women, work and welfare*", publicado na revista "*Urban and Social Change Review*", cujo objetivo foi elucidar o crescimento da proporção de mulheres entre os pobres e o crescimento do número de indivíduos em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres, ocorrido entre o início da década de 1950 e meados da década de 1970, nos Estados Unidos da América. (Araújo, 2019; Costa et al., 2005; Novellino, 2004).

Este conceito traz a assertiva de que as mulheres vêm sofrendo, ao longo dos anos, um processo de empobrecimento que as coloca em desvantagem se comparadas aos homens. Sobre esse processo de feminização da pobreza, Novellino (2004) resgata a concepção de Diane Pearce de que esse fenômeno:

é um processo que se desenvolve a partir do momento em que a mulher com filhos passa a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e se responsabilizando pelo sustento da família. Nesta perspectiva, o processo de feminização da pobreza tem início quando a mulher, sozinha, tem que prover o seu sustento e o de seus filhos (Novellino, 2004, p. 2).

De acordo com Pearce (1978), a feminização da pobreza deve ser estudada sob os seguintes aspectos: as fontes de renda e os resultados das políticas públicas de redução da pobreza. Ela categoriza as fontes de renda em: (1) salarial; (2) transferência privada, tal como pensão alimentícia; e, (3) transferência pública, que pode ser de dois tipos: aquela recebida pelas mulheres em caso de licença ou aposentadoria, caso tenham direito à seguridade social; e aquela recebida pelas mulheres pobres beneficiadas por programas de redução da pobreza que fazem parte das políticas públicas do Estado (Novellino, 2004).

As formas de sociabilidades globalizadas acabaram disseminando nas últimas décadas o fenômeno social da feminização da pobreza para diversos países, dentre eles os países de economia periférica, como o Brasil. Janaína Feijó (2023) apresenta alguns indicadores, baseados nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE (PNAD), que expõem:

A taxa de participação feminina registrada no 4º trim. de 2022 (52,7%) permanece 1,6 pontos abaixo do período pré-pandemia (54,3%). Na margem, o indicador também apresentou recuo, ficando 0,7 pontos abaixo do registrado no 3º trim. de 2022 (53,4%). Isso significa que, em média, de cada dez mulheres em idade para trabalhar, apenas 5 participam do mercado (empregadas ou buscando um emprego). Já entre os homens, 7 a cada 10 homens estão na força de trabalho. A baixa proporção de mulheres ofertando sua mão de obra é mais do que uma questão social, é também um problema econômico, pois podem representar talentos em potencial fora da força de trabalho. (Feijó, 2023, s/p).

No Brasil, é possível afirmar que as mães solo figuram como o principal grupo social no interior do processo de feminização da pobreza. Ao ocuparem os extratos inferiores da pirâmide social, essas mulheres em geral possuem baixa escolaridade, fator que lhes reduz habilidades e capacidades profissionais, condenando-lhes às funções mais desqualificadas e mal remuneradas. Normalmente localizadas no mercado informal, tais ocupações são marcadas por jornadas excessivas, sem quaisquer tipos de direito social ou trabalhista.

As condições de gênero, combinadas com as responsabilidades exclusivas com o cuidado com os filhos, sem uma rede de proteção social e, muitas vezes, sem

acesso ao trabalho ou submetidas a trabalhos temporários, com baixo nível salariais, potencializam as condições de escassez e privações. Essas questões tornam as mulheres dependentes de benefícios provenientes das políticas de assistência que, por sua vez, além de quantitativamente baixos, são seletivos, focalizados e temporários (Carloto, 2005).

Nesse aspecto particular, relativo às transferências de renda públicas, Pearce (1978) ressalta a necessidade de verificar se as iniciativas ou programas existentes nas diferentes esferas estatais contribuem para a superação da situação de extrema pobreza das mulheres chefes de família ou se acabam por perpetuá-la.

Concomitante ao processo de empobrecimento e exclusão das famílias monoparentais, identifica-se um elemento subjetivo essencial disseminado no senso comum e, não raras vezes, adotado pelos poderes públicos, o qual mobiliza estereótipos de gênero, traduzidos em discursos reducionistas de causa e efeito, que atribuem às mulheres adjetivos de incapacidade, inaptidão, inexperiência e fragilidade. Isto apresenta um rol de atributos que não apenas desqualificam o papel social desempenhado pelas mulheres, como negam a importância dos fatores históricos da supremacia patriarcal.

A ausência do salário dos companheiros obviamente que impactam na correlação entre pobreza e famílias caracterizadas pela maternidade solo. Com o divórcio, pode ficar estabelecida uma pensão alimentícia, o que, muitas vezes, causa transtorno e desavenças, principalmente se a mulher trabalha. Isto porque os homens, em sua maioria, acham que a mulher é que tem o dever de sustentar os filhos após o término do relacionamento.

Mas, também, o motivo desse não pagamento pode ser ou porque os pais não estão acessíveis, isto é, tomaram direção ignorada ou porque lhes falta recurso para sustentar uma nova família e, ao mesmo tempo, a antiga, ou seja, ele não paga pensão devido a sua própria pobreza. Nesse contexto, verifica-se que a possibilidade de a mulher separada receber uma transferência com o mesmo valor da realizada pelo ex-marido, quando estavam casados, é mínima (Novellino, 2004).

Outro aspecto a ser observado e enfrentado é o fato de que, embora o número de mulheres que participam do mercado de trabalho tenha aumentado exponencialmente nas últimas décadas, a sua renda permanece inferior à renda dos homens. As mulheres, em sua grande maioria, ocupam atividades “tipicamente femininas”, para as quais se exige pouco ou nenhum tipo de treinamento ou formação

profissional e educacional, resultando em remunerações inferiores, bem como em atividades laborais instáveis e pouco permanentes.

O empobrecimento das famílias chefiadas exclusivamente por mulheres ainda é um tema invisibilizado por importantes setores que pensam e definem as prioridades nas políticas públicas. Essencialmente, as mudanças importantes não acontecem porque o poder é constituído majoritariamente por homens ou mulheres que, em face às suas condições sociais e econômicas, não sofrem os efeitos da subalternização e exclusão.

Cabe ressaltar também que a maioria das políticas públicas destinadas às mulheres pobres não podem ser definidas como políticas de gênero, uma vez que: a) o objetivo principal é a retirada das mulheres e seus filhos de uma condição de extrema pobreza, dando-lhes apenas possibilidades mínimas de sobrevivência; (b) as mulheres são consideradas em suas funções reprodutivas, e os programas são dirigidos às mulheres chefes de família/domicílio de modo que provejam os seus filhos; (c) e, nem toda a preparação para atividades produtivas conduz ao empoderamento (Novellino,2004).

Não obstante, a importância do conceito de feminização da pobreza para pensar as diferentes faces das exclusões decorrentes da condição de gênero, adverte Novellino (2004), não deve servir como justificativa para medidas normativas meramente compensatórias, nas quais são eleitos determinados segmentos de beneficiários, excluindo grande parte população em condição similar.

Os programas dirigidos para mulheres, chefes de família, vêm incluindo medidas com o objetivo de facilitar a inserção delas em atividades produtivas. No entanto, essas atividades raramente saem da esfera do tipicamente feminino, como cursos de costura, bordado etc., ou seja, as mulheres ainda continuam sendo estereotipadas como sexo frágil e “colocadas” em seu lugar, sem poder ocupar atividades ditas como “masculinas”.

Nessa dimensão particular, cabe ressaltar a necessidade de que as políticas públicas não se reduzam exclusivamente às mulheres chefes de família e/ou domicílio, deixando de fora o conjunto das mulheres pobres de famílias nucleares ou de outros tipos de arranjo domiciliar. Dito de outra forma, é preciso desvincular as políticas públicas dos cânones conservadores que elegem um grupo de mulheres cujas atribuições principais estão relacionadas com as suas funções reprodutivas.

No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, nem todas as mulheres pobres são elegíveis para os programas sociais, uma vez que lhes são impostas uma série de restrições (etárias, geográficas, dentre outras), típicas de programas pontuais, conforme adverte Novellino (2004). Logo, para além da redução da pobreza feminina e de seus filhos, faz-se necessária a construção de políticas públicas de gênero voltadas ao empoderamento das mulheres, sejam elas chefes de família ou não, a fim de possibilitar que elas participem competitivamente nas atividades produtivas e na vida pública.

Entretanto, para este estudo de caso em particular, assume relevância a análise das experiências das mães solo, cujo foco são as efetivas necessidades, não apenas para garantir os deveres de cuidado e reprodução social em relação aos seus filhos, mas também de oportunizar e investir em ações e programas que possibilitem o exercício pleno da cidadania e autodeterminação. É nesse contexto que se insere a importância de problematizar o efeito do fortalecimento da rede educacional, analisando os efeitos da oferta de vagas na educação primária para propiciar que as mães solo rompam com as trajetórias de vida tradicionalmente atravessadas pelos marcadores sociais de subalternização.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentadas as perspectivas metodológicas recepcionadas, explicitando as técnicas de pesquisa adotadas durante o percurso das investigações e análises.

Para tanto, parte-se da compreensão de método como um conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim. E técnica, diferentemente do método, percebe-se como recurso instrumental, diretamente relacionada à fase da recolha de dados e informações no processo de pesquisa. A técnica faz parte do método e diz respeito ao modo de fazer de cada etapa ou procedimento (Galliano, 1986).

O campo de estudos das Ciências Sociais vem sustentando a necessidade da combinação de múltiplas técnicas de pesquisa para complexificar as abordagens e reflexões acerca das temáticas investigadas. A combinação de técnicas de pesquisa como a revisão bibliográfica e documental, o levantamento e a sistematização de dados, possibilita o cruzamento de abordagens quantitativas e qualitativas garantindo um olhar multidimensional sobre os fenômenos sociais.

Dito de outra forma, a intersecção entre diferentes técnicas de pesquisa permite, por um lado, as sistematizações, as classificações, as comparações entre indicadores sistematizados, ações típicas das análises quantitativas; e, por outro, as explorações intensivas e aprofundadas de casos particulares, típicas das técnicas qualitativas (Alvarez, Salla e Schritzmeyer, 2010).

As perspectivas quantitativa e qualitativa não são divididas, pelo contrário, complementam-se e permitem uma compreensão mais detalhada e aprofundada da realidade. Para Minayo (2001, p. 22) “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Complementa a autora que

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2014, p. 18).

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, ou seja, como técnica de pesquisa voltada para a compreensão dos fenômenos sociais complexos que demandam uma investigação que preserve suas características holísticas e desvende os processos e mecanismos significativos, separando-os de um grande conjunto de fatores e processos secundários ao processo central da análise. Geralmente, tal técnica exige uma abordagem pluralística com diferentes estratégias de pesquisa, de modo a entender os propósitos exploratórios, descritivos ou explicativos de forma sobreposta e complementar e não hierárquica (Yin, 2005).

O estudo de caso não se configura como tática para a coleta de dados nem como mera característica de planejamento em si, mas como estratégia abrangente de pesquisa. Segundo Yin (2005, p. 33), o estudo de caso deve ser compreendido como “estudo de um fenômeno, uma vez que ele pode se referir somente a um caso (01 unidade de análise), ou a mais de um caso (diferentes unidades de análise, mas sempre poucos)”.

O estudo de caso pode ser classificado em duas perspectivas: a) a intensidade da análise, configurada pela abordagem densa, holística e com foco nos processos ou conjunções de processos internos ao caso; e, b) o número de casos, quando o fenômeno estudado refere-se a apenas um caso (um país, por exemplo) e, dentro dele, analisam-se as variações, podendo ser menos denso, buscando entender tendências gerais e efeitos do funcionamento do caso, geralmente pela via quantitativa, e quando refere-se a mais de um caso para fazer comparações entre fenômenos e realidades.

Não obstante, o estudo de caso admite a combinação de diferentes fontes de evidências, a técnica mais usual são as entrevistas semiestruturadas. É por meio da elaboração das questões constitutivas das entrevistas que são traduzidos os objetivos da pesquisa em questões específicas (Gil, 2002).

Para Triviños (1987), as entrevistas semiestruturadas têm como característica os questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses relacionados ao tema da pesquisa. Os questionamentos podem ainda sugerir novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. As entrevistas semiestruturadas favorecem não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, “além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações” (Triviños, 1987, p. 152).

Manzini (1990/1991), por sua vez, entende que a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Coerente com a opção do estudo de caso como estratégia de pesquisa, além das técnicas de levantamento bibliográfico e da sistematização e análise das informações existentes no banco de dados da Penitenciária Regional de Rio Grande, para a construção do perfil sociodemográfico das mulheres que cumprem pena privativa de liberdade na 5ª Delegacia Penitenciária Regional, a técnica de maior relevância utilizada no curso do estudo foram as entrevistas semiestruturadas realizadas com as mães solo que acessam a Educação Infantil do IMDAZ.

Inspirado nos ensinamentos de Manzini (1990/1991), partindo do pressuposto de que uma boa entrevista começa com a formulação de perguntas básicas que deverão atingir o objetivo de pesquisa, a elaboração do roteiro das entrevistas aplicadas nesse estudo semiestruturadas (Apêndice A) adotou alguns cuidados como a linguagem, a forma das perguntas e a sequência das perguntas no roteiro.

4.1 AS ETAPAS DA PESQUISA

A escolha da temática, conforme já referido, está intrinsecamente ligada ao início das atividades laborais da mestrandia como diretora do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera, em janeiro de 2019. Já nos primórdios da atuação como gestora do IMDAZ foi possível observar que as mães solo apresentavam maiores dificuldades tanto para a inserção no mercado de trabalho, como para garantir as condições básicas para a reprodução social, tais como a alimentação, saúde, educação e habitação para seus filhos. Conseqüentemente, também era esse grupo de mulheres que mais acessava os benefícios sociais disponíveis.

Essas constatações preliminares contribuíram para a definição da temática e para o recorte do campo de pesquisa, objeto desta dissertação. Logo, conforme já reportado, o campo definido para a aplicação da pesquisa foi a Escola de Educação Infantil do IMDAZ, especificamente as 37 mães solo, dentre as 79 mães beneficiárias da oferta de turno integral para crianças menores de seis anos.

Inicialmente foi realizada a revisão bibliográfica acerca dos temas que envolvem o acesso à educação como direito fundamental, as heranças patriarcais que definem a subalternização das mulheres na sociedade brasileira, a potencialização da feminização da pobreza em face à experiência com a maternidade solo e a importância das políticas de inclusão e redistribuição para esse grupo social.

Na primeira etapa da pesquisa foi realizada a sistematização das informações existentes no banco de dados do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera. E, a partir das informações coletadas, foi construído um quadro informativo com as variáveis que compõem o perfil social e econômico das mães que acessam o IMDAZ, bem como das mães solo cujas variáveis desdobram-se em nome, idade, escolaridade, religião, raça, profissão, rendimento, número de filhos, tipos de residência.

Com base nesse mapeamento e construção do perfil socioeconômico, foram realizados contatos com as mães solo que acessam a Educação Infantil do IMDAZ, questionando sua disponibilidade para aderir à pesquisa em questão. Dentre as trinta e sete mães solo, dez se dispuseram a integrar voluntariamente o estudo respondendo às entrevistas semiestruturadas.

Na segunda etapa da pesquisa, foi construído o roteiro orientativo para a realização das entrevistas semiestruturadas com questões abertas e fechadas, conforme o Apêndice A. As entrevistas foram realizadas na modalidade presencial, nas dependências do IMDAZ e a gravação foi realizada por smartphone e, posteriormente, desgravadas.

O questionário, como ferramenta para a coleta de informações sobre o grupo de mães solo, buscou identificar as entrevistadas a partir de questões envolvendo a identificação pessoal (nome e estado civil), a inserção no mundo do trabalho, o desenho da família monoparental, a experiência e impactos do acesso à educação básica no IMDAZ, a percepção acerca do acesso aos auxílios sociais disponíveis.

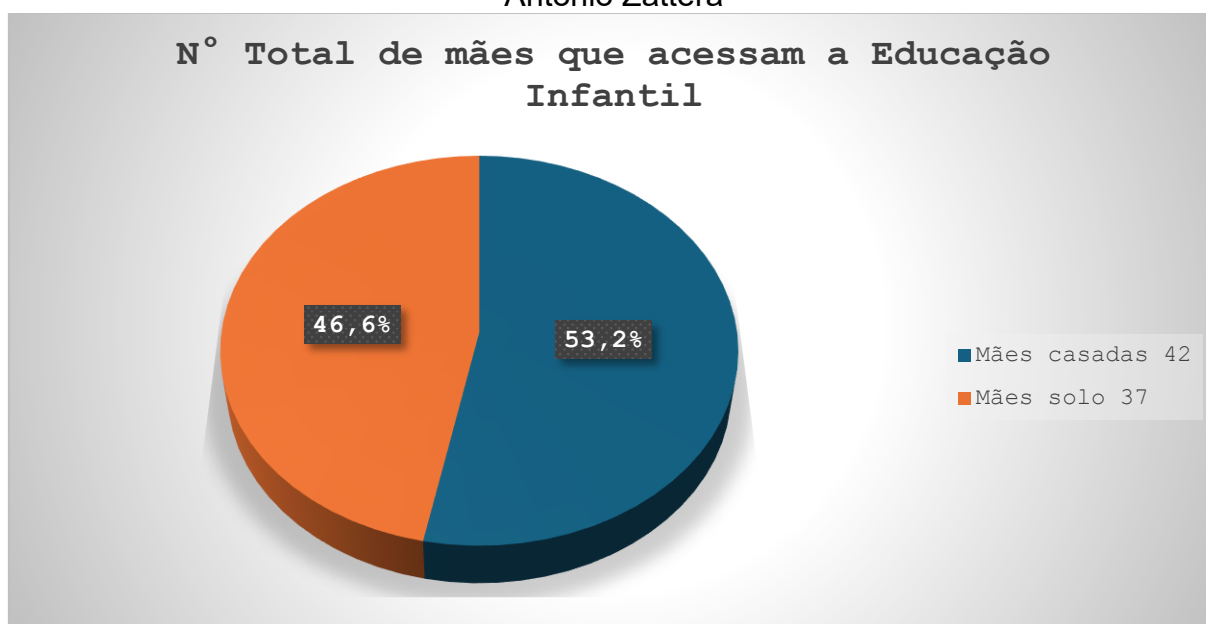
E, na terceira etapa, foi realizado o cruzamento dos indicadores sociais e econômicos referente às mães solo que acessam o IMDAZ com as narrativas das trajetórias e experiências, bem como com as percepções e representações captadas por meio das entrevistas, as quais trouxeram à tona uma multiplicidade de fatores que podem contribuir para a abordagem e a reflexão das vivências da monoparentalidade como potencializador do fenômeno da feminização da pobreza.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

5.1 UM OLHAR SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES SOLO QUE ACESSAM OS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO INSTITUTO DE MENORES DOM ANTÔNIO ZATTERA

Inicialmente traçaremos o perfil socioeconômico das mães solo que acessam a Escola de Educação Infantil Dom Antônio Zattera, a partir das informações coletadas e sistematizadas no repositório de dados do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera.

Gráfico 1 - Número e percentual mães solo e de mães casadas ou com companheiros (as) que acessam os serviços da Escola de Educação Infantil Dom Antônio Zattera



Fonte: Elaboração da autora.

O Gráfico 1 demonstra que das 79 (setenta e nove) mães que acessam a Escola Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera, 42 mães são casadas ou possuem companheiros (as), o que perfaz o percentual de 53,2% e 46,6% são consideradas mães solo, ou seja, únicas responsáveis pelo sustento e a educação dos filhos. Logo, os dados do primeiro gráfico, por si só, demonstram a representatividade das famílias monoparentais no campo de análise da pesquisa.

A partir dessa etapa serão apresentados os dados referentes as trinta e sete mães solo que acessam a Educação Infantil, conforme sistematização no repositório do Instituto de Menores.

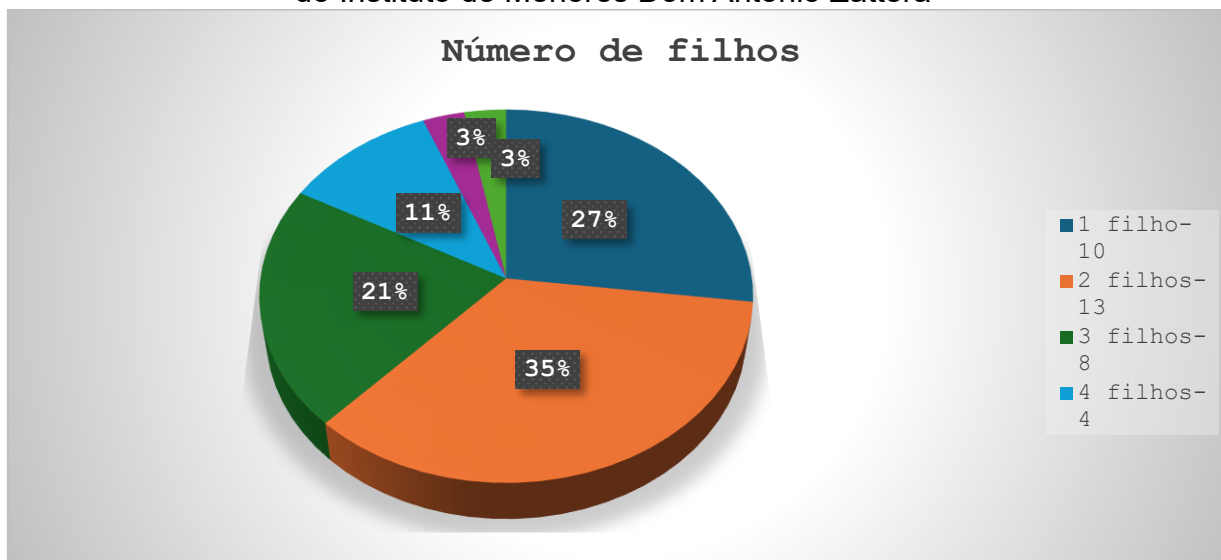
Gráfico 2 - Idade das mães solo usuárias da Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera por idade.



Fonte: Elaboração da autora.

O Gráfico 2 demonstra que das 37 mães solo que acessam a Educação Infantil do IMDAZ, uma possui 19 anos, 14 estão entre os 20 e os 29 anos e, 16 entre os 30 e 39 anos. Logo, 83,7% das mães solo estão entre as faixas de 19 a 39 anos, idade produtiva e reprodutiva. E somente cinco estão entre os 40 e 49 anos e, uma com mais de 50 anos.

Gráfico 3 - Número de filhos de mães solo usuárias da Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera



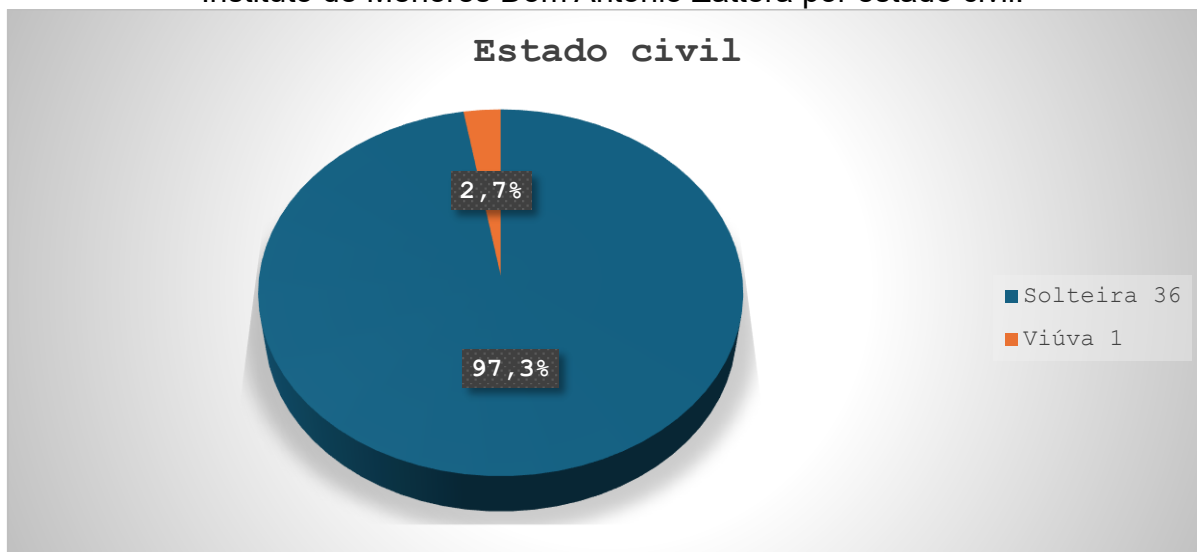
Fonte: Elaboração da autora.

O gráfico 3 evidencia que 27 das mães solo que acessam a Educação Infantil do IMDAZ possuem mais de um filho, correspondendo a 73% da totalidade. Desdobrados os dados por número de filhos, observa-se que: 27% possuem um filho; 35% dois filhos; 21% três filhos, 11% quatro filhos; 3% cinco filhos e 3% nove filhos.

Inequivocamente, tais indicadores evidenciam as dificuldades que muitas dessas mulheres encontram para exercer algum tipo de trabalho externo, tendo em vista a sobreposição de responsabilidades que acumulam com as tarefas domésticas cotidianas, o sustento dos filhos e as atividades de cuidado que garantem o desenvolvimento de suas habilidades sociais.

Esses dados serão aprofundados a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com dez mães solo que aderiram à pesquisa, ocasião em que se buscou identificar a idade dos filhos, bem como as estratégias desenvolvidas para garantir os deveres de cuidado também com aqueles que não frequentam o IMDAZ.

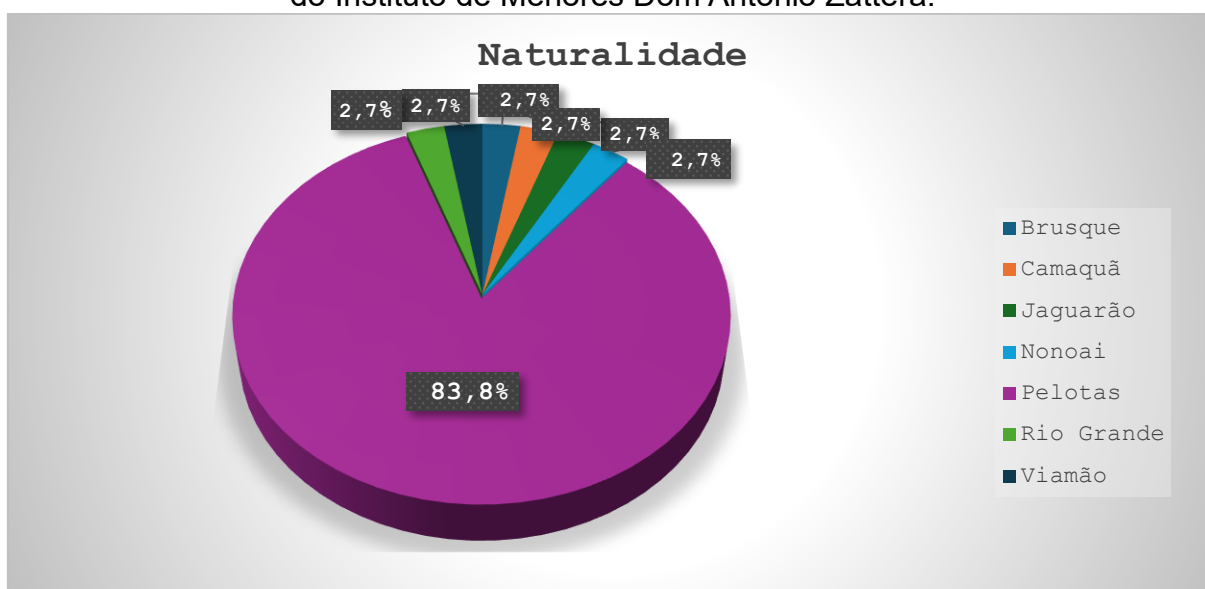
Gráfico 4 - Estado civil das mães solo usuárias da Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera por estado civil.



Fonte: Elaboração da autora.

O Gráfico 4 demonstra que trinta e seis das mães solo que frequentam a Educação Infantil do IMDAZ declararam-se solteiras, o que corresponde a 97,3%, quase a totalidade e apenas uma mãe afirmou ser viúva. Em que pese, essas mulheres possam já ter tido companheiros(as) em algum momento da vida ou não, o fato é que na ocasião do levantamento de dados contavam como as únicas responsáveis pelo núcleo familiar.

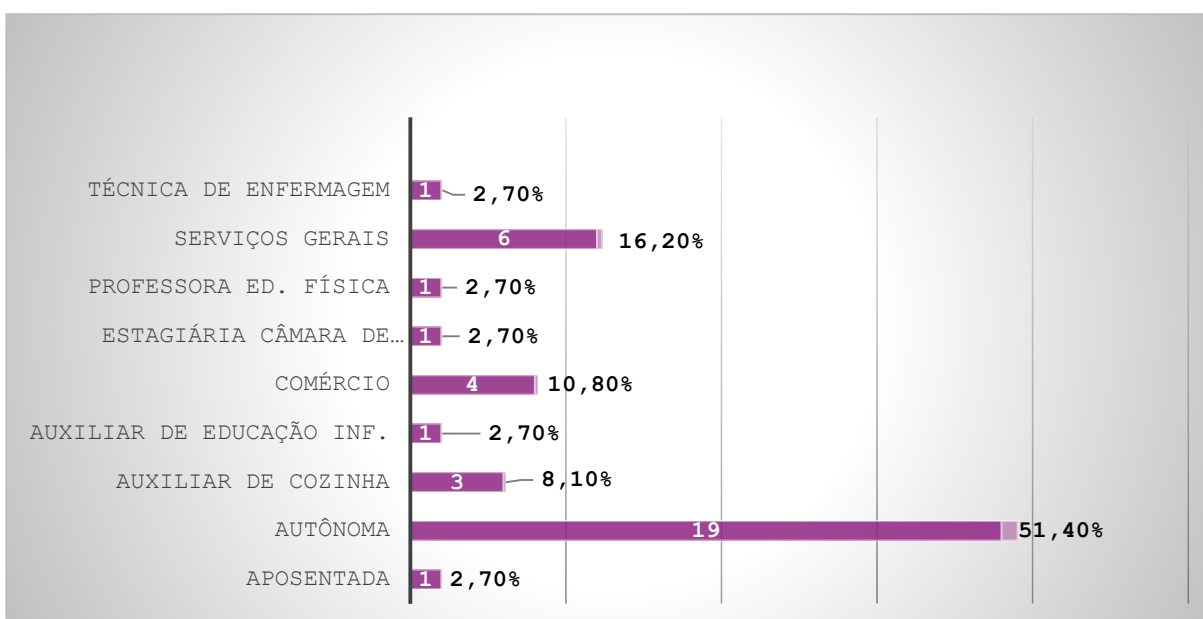
Gráfico 5 - Naturalidade das mães solo que utilizam a Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera.



Fonte: Elaboração da autora.

O Gráfico 5 evidencia que 31 das mães usuárias da Educação Infantil do IMDAZ são naturais do município de Pelotas, o que corresponde a 83,8%. Quanto às demais, observa-se que três são naturais de municípios vizinhos, como Rio Grande, Camaquã e Jaguarão; duas de municípios mais distantes como Viamão e Nonoái, e, ainda, uma do município de Brusque, localizada em outro estado da federação.

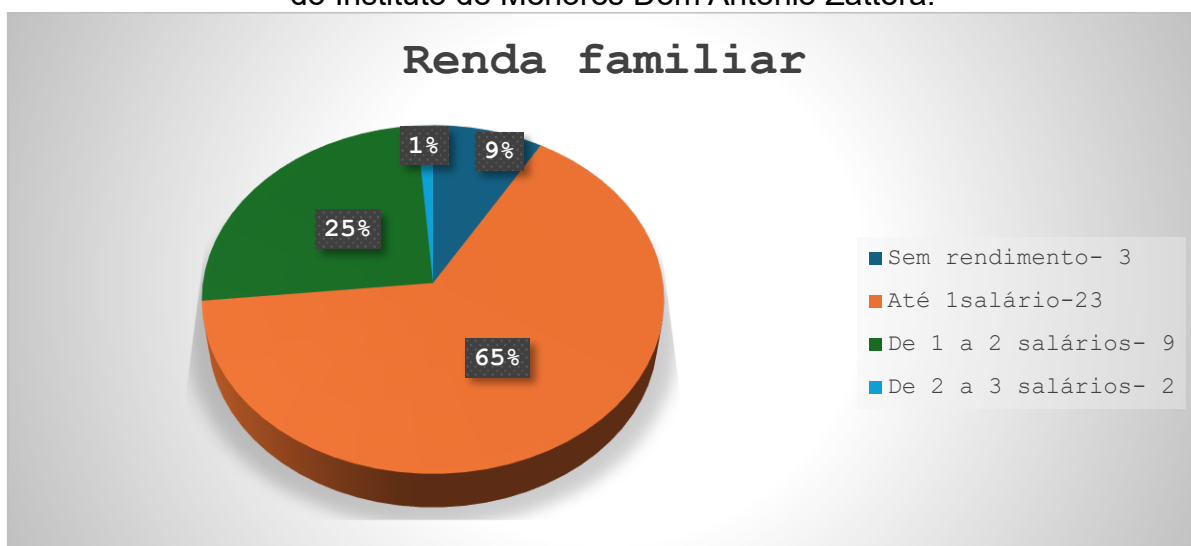
Gráfico 6 - Atividades laborais das mães solo que utilizam a Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera



Fonte: Elaboração da autora.

O Gráfico 6 traz indicadores acerca das atividades laborais exercidas pelas mães solo que acessam o IMDAZ. Nesse ponto, destaca-se o fato de que mais da metade das mães está no mercado informal, exercendo trabalho autônomo. Logo, 19 mães solo não possuem nenhum vínculo empregatício, estando alijadas de todo e qualquer direito trabalhista ou previdenciário, o que totaliza mais da metade (51,4%). Somam-se a isso os indicadores de 16,2% de mães que exercem atividades na área dos serviços gerais, 10,8% no comércio, 8,1% como auxiliares de cozinha, 2,7% como estagiária e 2,7% como auxiliar de educação física, setores e ocupações que, tradicionalmente, caracterizam-se pelas baixas remunerações, baixas qualificações e alta rotatividade. Ainda, conforme os registros, apenas uma das mães está aposentada e uma declarou ser professora de educação física, pressupondo rendimentos permanentes e alguns direitos efetivados.

Gráfico 7 - Renda familiar das mães solo que utilizam a Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera.



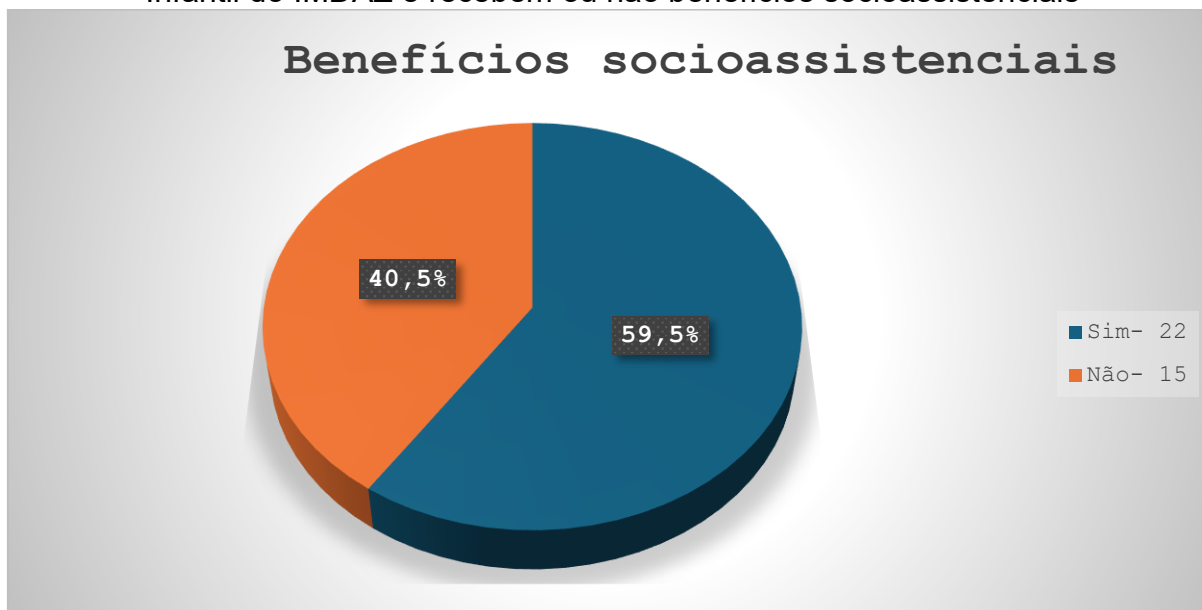
Fonte: Elaboração da autora

No que tange à renda familiar, as informações sistematizadas no Gráfico 7 demonstram que 23 das mães solo que frequentam a Escola da Educação Infantil do IMDAZ recebem até um salário-mínimo, ou seja, aproximadamente o valor irrisório de mil trezentos e vinte reais. Além disso, salienta-se o fato de que três mães (9%) afirmaram não possuir nenhum tipo de rendimento e nem acessar os programas de transferência de renda; nove mães (25%) declararam receber entre um e dois salários-mínimos e duas (1%) receberem entre dois e três salários-mínimos.

As informações acerca dos valores das remunerações confirmam que a ampla maioria das mães solo que compõem o campo de pesquisa ocupam os estratos inferiores da pirâmide social, ou seja, exercem atividades laborais precarizadas, majoritariamente sem garantias de direitos trabalhistas e previdenciários, marcadamente de baixa qualificação e alta rotatividade.

Nesse cenário, fica evidente a sobreposição de dimensões das vulnerabilidades socioeconômicas, que acabam sendo aprofundadas pelo desenho de família monoparental, geralmente, despida do apoio da família extensa para divisão de responsabilidades com o sustento e cuidados com os filhos.

Gráfico 8 - Percentual e número de mães solo que acessam a Escola de Educação Infantil do IMDAZ e recebem ou não benefícios socioassistenciais



Fonte: Elaboração da autora

O Gráfico 8 aponta que 22 mães solo (59,5%) que acessam a Escola Infantil do IMDAZ declararam ser beneficiárias do programa de transferência de renda do Governo Federal, o “Bolsa Família”; enquanto 15 mães (40,5%) disseram não estar vinculadas ao programa.

Não obstante, mais da metade das mães solo se declararam beneficiárias do programa de transferência de renda. Nesse sentido, faz-se necessário um olhar mais cuidadoso para compreender o não acesso das mesmas a tais programas, considerando que todas apresentam baixas remunerações ou mesmo nenhuma, segundo demonstrado no Gráfico 7.

Gráfico 9 - Valores do programa de transferência de renda recebidos pelas mães solo usuárias da Educação Infantil da Instituição.

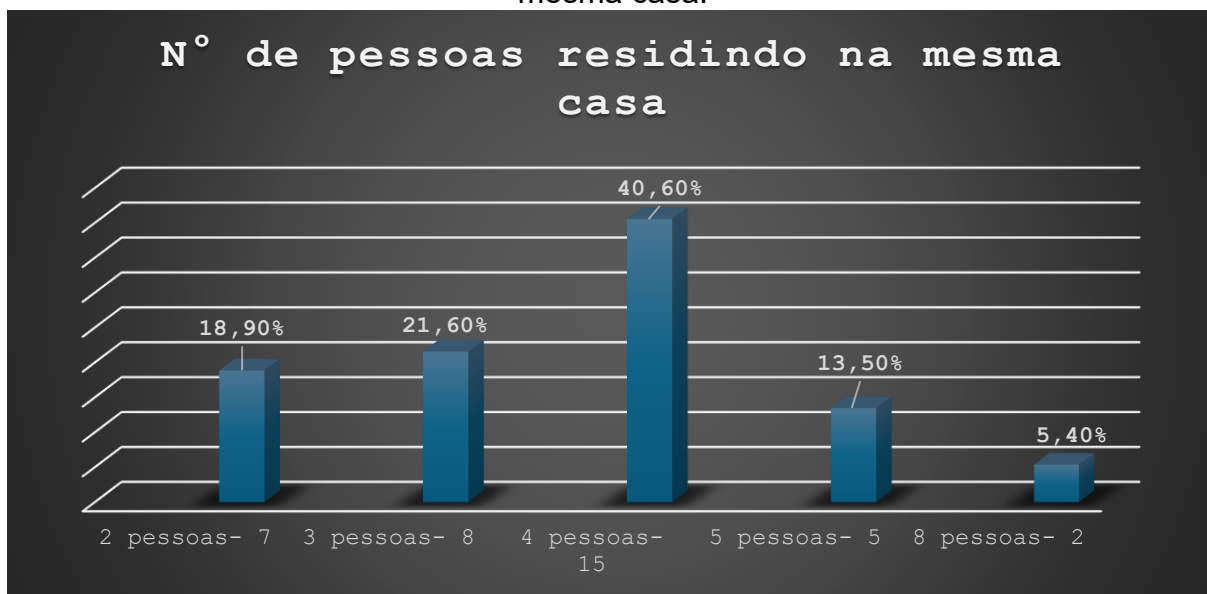


Fonte: Elaboração da autora

O Gráfico 9 apresenta os valores provenientes do programa de transferência de renda acessados pelas 22 mães beneficiárias. A partir desses dados observa-se que 16 mulheres recebem o valor mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais); quatro mulheres recebem o valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais); uma mulher recebe o valor mensal de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) e uma, o valor de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

Não obstante a importância dessa complementação de renda, não há como desconsiderar que os valores são bastante reduzidos para garantir efetivamente o sustento de uma família, ainda mais considerando que a ampla maioria das mães, ou seja, 72,9% das mães possuem mais de um filho (conforme o Gráfico 3).

Gráfico 10 - Número de mães solo que utilizam a Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera por número de pessoas que residem na mesma casa.

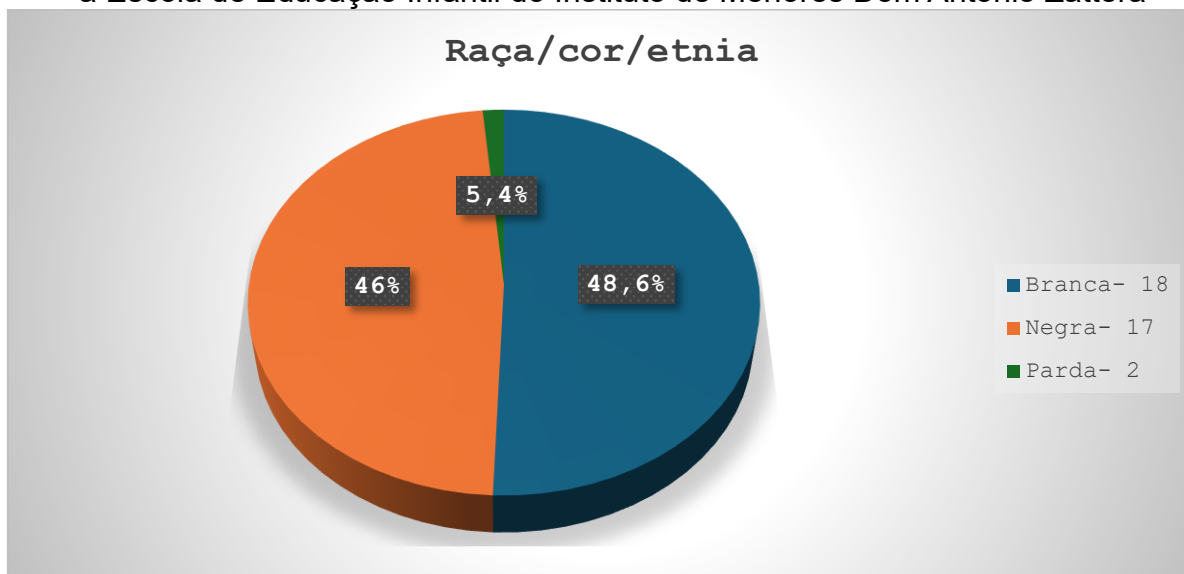


Fonte: Elaboração da autora.

Os dados contidos no Gráfico 10 demonstram que da totalidade das mães solo que frequentam a Educação Infantil do IMDAZ, sete mulheres afirmaram que a residência abriga duas pessoas, oito que a residência abriga três pessoas; 15 que a residência abriga quatro pessoas; cinco que a residência abriga cinco pessoas e, duas que a residência abriga oito pessoas.

O número de pessoas residindo na mesma casa é um fator importante para a compreensão do fenômeno social de feminização da pobreza, especialmente no que tange as experiências das mães solo que integram o campo da presente pesquisa. Conforme já mencionado anteriormente, as mães solo, para além das responsabilidades com o cuidado e o sustento dos filhos, não raras vezes, são as responsáveis pelo cuidado e sustento de outros membros das famílias. O número de pessoas residentes nos domicílios em questão aparece como indicador importante do alargamento das responsabilidades dessas mulheres.

Gráfico 11 - Raça/cor/etnia (conforme autodeclaração), das mães solo que acessam a Escola de Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera



Fonte: Elaboração da autora.

Os dados sistematizados no Gráfico 11 evidenciam que há uma preponderância das mulheres não brancas, uma vez que 17 se declararam negras e duas pardas, totalizando 19 mulheres, o que perfaz 51,4%, mais da metade das usuárias da Educação Infantil do IMDAZ. Considerando que no município de Pelotas o percentual da população residente por cor ou raça, segundo o Censo do IBGE de 2022³, corresponde a 75,9% de pessoas brancas, 11,88% de pessoas pretas, 12,01% de pessoas pardas, 0,08% de pessoas amarelas e 0,11% de pessoas indígenas, a soma de pessoas pretas e pardas atinge 23,89%, ou seja, metade do percentual que aparece entre as mães solo, objeto da presente pesquisa.

A construção do perfil sociodemográfico das mães solo que acessam a Educação do IMDAZ demonstrou que se está diante de um grupo de mulheres jovens, preponderantemente entre os 19 e 40 anos, dentre as quais 73% possuem mais de um filho, mais da metade exercem atividades autônomas, marcadas pela precariedade, baixas remunerações e ausência de direitos assegurados, 65% recebem até um salário-mínimo e 60% recebem benefícios sociais assistenciais.

³ Censo Demográfico 2022. Disponível: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-indigenas-alfabetizacao-registros-de-nascimentos-e-domicilios>>. Acesso em: 12. out. 2024.

Ainda, esse conjunto de marcadores sociais de vulnerabilidade social vem crescendo e potencializado pelo recorte de raça e etnia desse grupo social, conforme demonstrado no Gráfico 11.

Nessa dimensão particular, cabe resgatar o estudo sobre desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, realizado pelo IBGE⁴, no ano de 2022. Conforme os dados apresentados, do contingente de pessoas situadas abaixo da linha da pobreza em 2018, 32,9% (trinta e dois vírgula nove por cento) eram pessoas pretas ou pardas, enquanto 15,4% (quinze vírgula quatro por cento) eram pessoas brancas. O mesmo levantamento apontou que a população preta, parda e indígena representa 56% de toda a força de trabalho do país. Todavia, são essas mesmas pessoas, não brancas, que apresentam os maiores índices de desocupadas e/ou subutilizadas.

Ainda, as pessoas não brancas representam 45,6% das ocupações de trabalho informais, percentual que sobe para 47,8% quando o foco se desloca para as mulheres negras. A pesquisa trouxe também que, tanto nas ocupações formais quanto nas informais, os rendimentos das pessoas de cor pretas ou pardas são menores que a dos brancos, estando a maior desigualdade na comparação entre os rendimentos de homens brancos e de mulheres negras (IBGE, 2024).

O mesmo estudo comprova que as diferenças salariais por cor/raça são maiores do que as diferenças por sexo, uma vez que enquanto as mulheres brancas recebem 75,8% dos rendimentos de um homem branco, as mulheres negras recebem 44,4% dos rendimentos de um homem branco. Tais indicadores demonstram ainda que as diferenças raciais são mais impactantes nas mulheres do que seu sexo, já que mulheres negras recebem 58,6% dos rendimentos das mulheres brancas (IBGE, 2024).

A vulnerabilidade educacional como desdobramento das diferentes desigualdades socioeconômicas, nos termos concebidos por Rodrigues (2019), fica evidenciada na diferença entre a taxa de analfabetismo entre pessoas brancas, que segundo o IBGE, em 2022, correspondia a 3,9%, enquanto a mesma taxa entre pretos e pardos correspondia a 9,1%. Soma-se a esse dado a diferença entre as taxas de frequência escolar entre pessoas brancas e não brancas, em idades entre 6 e 24 anos. Se nas séries iniciais do ensino fundamental, entre os seis e dez anos, a frequência

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/11/IBGE-DESIGUALDADES-11.NV_.pdf>. Acesso em: 10. out. 2024.

apresenta pouca diferença entre brancos (96,5%) e não brancos (95,8%), a mesma realidade não se repete nas outras etapas da educação formal.

Nas séries finais do ensino fundamental, percebe-se que a taxa de frequência passa a ser distinta, atingindo 90,4% para brancos e 84,4% para não brancos. Já no ensino médio – entre 15 e 17 anos – a taxa de frequência de brancos é de 76,4% e de pretos e pardos de 64,8%. No ensino superior, a discrepância fica mais evidente, sendo que a taxa de frequência de pessoas negras e pardas é praticamente a metade das pessoas brancas, de 36,1% para 18,3% (IBGE, 2022).

Indiscutivelmente, o gênero, a raça e o estrato social historicamente impactaram e definiram desproporcionalmente os lugares ocupados pelos grupos numa sociedade desigual e hierarquizada. No entanto, nada é mais gritante do que quando se está falando das mulheres não brancas e, no caso particular, daquelas responsáveis únicas pelo seu núcleo familiar. A tradicional divisão sexual e racial do trabalho atinge diretamente as mães solo, como é possível observar nos dados sistematizados nos gráficos apresentados anteriormente.

O que se observa é que o papel de exploração e subordinação social outorgado às mulheres, especialmente as não brancas, as quais durante séculos foram responsáveis pela reprodução da vida, garantindo o funcionamento das estruturas sociais do capitalismo patriarcal, substituindo inclusive as mulheres brancas abastadas, permanece no contexto contemporâneo, matizado por outros elementos, como, por exemplo, os novos desenhos de família, como é o caso das mães solo.

5.2 AS EXPERIÊNCIAS COMO MÃES SOLO E OS IMPACTOS DO ACESSO AO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO IMDAZ

No capítulo anterior foram apresentados indicadores socioeconômicos do grupo de mães solo que acessam a Escola Infantil do IMDAZ, buscando demonstrar a hipótese de que a maternidade solo tem se constituído como um dos elementos potencializadores do fenômeno da feminização da pobreza.

Com intuito de abordar a complexidade da equação entre mães solo e feminização da pobreza serão cruzadas dimensões que envolvem o perfil socioeconômico e as trajetórias pessoais e sociais das mães solo, a fim de captar as suas percepções acerca do papel exclusivo como responsáveis pela reprodução social.

Nessa perspectiva, pretende-se lançar luz às experiências dessas mulheres tanto no mundo do trabalho como nas demais formas de sociabilidade, identificando o quanto as precárias iniciativas no campo das políticas públicas territoriais se constituem em obstáculos concretos para que essas mulheres garantam uma vida digna para sua família, bem como conquistem o reconhecimento, a autonomia e a cidadania.

A partir dessa etapa do estudo, o foco desloca-se para o grupo das dez mães solo que se dispuseram a participar da fase qualitativa da pesquisa, otimizada na realização de entrevistas semiestruturadas. A partir disso, busca-se captar as suas experiências como famílias monoparentais, bem como suas percepções acerca da importância de acesso a direitos fundamentais, tais como a Educação Infantil como forma de mitigação dos processos de exclusão e subalternização social.

O roteiro da entrevista semiestruturada foi construído com base em dois eixos fundamentais e complementares. O primeiro buscou confirmar e atualizar as informações acerca das dimensões socioeconômicas e do desenho de famílias desse grupo amostral de dez mulheres que aderiram à etapa qualitativa da pesquisa. E o segundo visou captar as experiências das mães, enfatizando as dificuldades e os obstáculos enfrentados no curso da sua trajetória como chefe de família monoparental, os principais gargalos para acesso aos serviços públicos de educação e assistência social no município de Pelotas, a percepção das mães em vulnerabilidade social acerca do tipo de políticas públicas que podem contribuir para alterar a sua condição de exclusão socioeconômica e os impactos do acesso à Educação Infantil do IMDAZ para a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho e estruturação da sua vida familiar.

Tabela 1 - Perfil socioeconômico das entrevistadas.

Participante	Idade	Estado Civil	Nº Filhos	Escolaridade	Raça/Etnia	Profissão	Salário	Horas trabalhadas	Bolsa Família
Mãe 1	35	Solteira	02	Superior completo	Branca	Professora/auxiliar de sala de aula	R\$ 1500,00	8 hs	Não
Mãe 2	29	Solteira	02	Fund. incompleto	Preta	Faxineira	R\$ 170/dia	-	Sim
Mãe 3	31	Solteira	01	Fund. incompleto	Branca	Aposentada/Autônoma	R\$ 1.020 + 800,00	7 hs	BPC ⁵
Mãe 4	40	Viúva	03	Médio completo	Branca	Autônoma	Menos de 01 salário-mínimo	12 hs/dia	Não
Mãe 5	31	Solteira	05	Médio incompleto	Parça	Autônoma	01 salário-mínimo	04 hs/dia	Sim
Mãe 6	43	Divorciada	01	Superior incompleto	Branca	Autônoma (no momento não está trabalhando)	Menos de 01 salário-mínimo	-	Não
Mãe 7	31	Solteira	03	Médio completo	Preta	Autônoma	R\$ 2.000,00	5/6 hs/dia	BPC
Mãe 8	36	Solteira	01	Superior completo	Branca	Técnica de Enfermagem	R\$ 1.900,00	7hs/dia	Não
Mãe 9	48	Divorciada	01	Médio completo	Branca	Diarista	R\$ 1.200,00	8hs/dia	Não
Mãe 10	37	Solteira	01	Superior incompleto	Preta	Auxiliar de Educação Infantil	R\$ 1.300,00	9hs/dia	Não

Fonte: Elaboração da autora.

Do universo das dez mães selecionadas para as entrevistas, observa-se que o maior número de mulheres se encontra entre a faixa de 29 a 40 anos. Dessa totalidade, sete mulheres se declararam solteiras, duas divorciadas e uma viúva, e todas afirmaram ser mães solo.

As declarações acerca das experiências como únicas responsáveis pelo sustento e cuidado com a família, que surgiram durante as entrevistas, evidenciam categoricamente a sobreposição de responsabilidades que cabem a essas mulheres. Observam-se os dizeres:

Não é fácil, é muito corrido. Não durmo direitos pensando nos filhos. Já passei muito mais trabalho antes de conseguir um emprego. Quando me separei, o pai dos meus filhos se negou a pagar pensão, então eu precisei vender as coisas de dentro de casa para poder comprar comida, pois não tinha de onde tirar dinheiro. Vendi móveis e eletrodomésticos. Foi horrível. (Mãe 1).

Sim. É puxado, não vou dizer que não, né? Claro que amo meus filhos e a gente faz tudo com amor para eles, mas pensam, né? Agora, depois que ele faleceu, sou só eu. Tenho meu pai, mas meu pai conto como filho também, né? Tem que trocar fralda e aquela função toda. Sou responsável por ele, então é como se tivesse 4 filhos. Muitas vezes eu me sinto como? Resolvo o

⁵ Benefício de Prestação Continuada - O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. O BPC não é aposentadoria. Para ter direito a ele, não é preciso ter contribuído para o INSS. Diferente dos benefícios previdenciários, o BPC não paga 13º salário e não deixa pensão por morte. (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2019, s/p)

problema de cada um, ainda tenho que resolver os meus problemas. (Mãe 4).

É difícil tu criar 5 filhos sozinha. Mas sozinha mesmo, pois o pai não paga nem pensão, não ajuda em nada, então é bem difícil, mas está indo, “tá tudo certo”. (Mãe 5).

Sim, é bem cansativo, né?! Quando eu estava trabalhando, tinha que sair cedo de casa com ela. A Sthefane (criança) veio por meio de adoção, então ela passou os primeiros 11 meses com uma família, aí teve toda a adaptação dela, por isso eu tive que sair do emprego que eu tinha, pois precisava passar mais tempo com ela. Foi um pouco complicado, às vezes ainda é, mas é maravilhoso, apesar de ser cansativo. (Mãe 6).

Sim. É bem difícil, é cansativo, na verdade. Eu até tinha uma ajuda antes do pai. Digo ajuda, pois é o que ele falava que iria fazer: ajudar. Mas, como agora ele não mora mais em Pelotas, ficou bem difícil, pois agora eu sou mãe e pai 24 horas. Ele se mudou para Santa Catarina. Nas férias, ele até cogitou levar o filho para ficar lá, mas não dá para levar em conta, pois no meio do caminho ele desiste e eu também não sei se ficaria confortável em deixar ele ir para tão longe. (Mãe 8).

Sim, é difícil. Eu, no caso, eu morei com uma pessoa, junto com essa pessoa, durante 14 anos. E infelizmente não deu certo mais, né? Só que era um desejo tanto dele quanto meu ter um filho, né? Faz três anos que eu estou separada dele. Não é fácil, agora ele está morando em outra cidade, então não tem nenhum apoio dele nem financeiro, nem, como se diz, a presencial, né? Ele não pega o filho, então é bem difícil e cansativo, né? O dia a dia. E eu trabalho e estudo, estou tentando terminar a minha graduação, agora faço pedagogia todos os dias, então é puxado. Parei de estudar pra poder ficar com ele e agora tô voltando novamente depois de quase seis anos. (Mãe 10).

Outro aspecto relevante a ser problematizado a partir das entrevistas realizadas refere-se ao fato de que metade das mães possuem mais de um filho, fato que exige iniciativas diversas e combinadas para dar conta de garantir o cuidado não somente daquele filho ou filha que frequenta a Educação Infantil do IMDAZ, mas dos demais.

Questionadas em relação a possuírem família extensa ou outra rede de apoio para dividir responsabilidades, responderam:

Não, preciso pagar babá. (Mãe 1).

Não, quando preciso tenho que pagar alguém. (Mãe 2).

Meu avô me ajuda quando preciso. Meu pai biológico me dá um apoio, eu fui criada pelos meus avós. (Mãe 3).

Não, nem sei o que é isso. Às vezes, conto com a ajuda da minha mãe. (Mãe 4).

Sim, os padrinhos dela são bem presentes, às vezes preciso trabalhar e eles buscam e levam na escola. (Mãe 6).

Só a minha mãe, agora que ela não está trabalhando consegue me ajudar, mas quanto trabalhava era muito difícil. E se ela voltar a trabalhar não tem ninguém, é só eu. (Mãe 8).

Não, tenho duas primas que em caso muito específico até ajudam, mas é só eu para tudo. (Mãe 9).

Dentre os diferentes fatores de vulnerabilidade socioeconômica que afetam as mães solo entrevistadas, observam-se aqueles relativos aos níveis de escolaridade, informação que não foi trazida anteriormente, quando apresentados os dados da totalidade das mães solo que acessam a Educação Infantil do IMDAZ. Os níveis de escolaridade impactam decisivamente na inserção no mercado de trabalho, nas atividades exercidas e, obviamente, nas remunerações daí decorrentes.

Dentre as dez mães solo entrevistadas, duas possuíam ensino superior completo, a primeira exercendo atividade de professora/auxiliar de sala de aula com salário de R\$ 1.500,00 (Mãe 1) e a segunda de técnica de Enfermagem, recebendo salário de R\$ 1.900,00 (Mãe 8). Além disso, duas mães declararam possuir ensino superior incompleto, sendo que uma exercia atividade profissional de auxiliar de Educação Infantil, recebendo salário de R\$ 1.300,00 (Mãe 10) e a outra se declarou autônoma, ressaltando que no momento não estava trabalhando e que recebia menos do que um salário-mínimo mensal (Mãe 6).

As mães 2 e 9 disseram ser faxineiras/diaristas, a primeira com ensino fundamental incompleto e a segunda com ensino médio completo, recebendo respectivamente, 170 reais por dia e 1.200,00 por mês.

As demais mulheres declararam-se autônomas, ou seja, na informalidade, sem vínculos empregatícios formais e, portanto, sem direitos trabalhistas ou previdenciários assegurados. Nesse grupo, a maior remuneração que aparece é da mãe 7 que afirmou receber R\$ 2.000,00 mensais.

No entanto, o que se conclui da observação das ocupações laborais e das remunerações respectivas é que se trata de um grupo social bastante empobrecido, no qual mesmo as mulheres que ocupam postos de trabalho no mercado formal recebem salários que não condizem com as necessidades para garantir a dignidade do núcleo familiar e as que atuam na informalidade, a maioria, estão alijadas de toda e qualquer garantia no âmbito dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Para além das dimensões de vulnerabilidade social e econômica que afetam o grupo de mulheres pesquisadas, agregam-se os obstáculos de conciliar as exigências do mundo do trabalho e as responsabilidades decorrentes de chefiar uma família monoparental:

Hoje estou no meu melhor momento, né, mas já passei por muitos perrengues. Em um dia, eu precisava ir à faculdade fazer uma prova e tive que levar meus dois filhos, pois não tinha com quem deixar. Tive medo de

que eles fizessem algum barulho e atrapalhasse algum colega que estivesse fazendo prova, então esperei do lado de fora da sala de aula até que todos terminassem a prova para que então eu pudesse fazer. Chorei muito, foi um momento muito difícil para mim. (Mãe 1).

Estou estável dentro do possível. Não tenho apoio de família, sempre fui sozinha, depois que tive filho, eu continuei sozinha. A minha filha de 9 anos mora no São Vicente, eu não vi o crescimento dela, pois trabalhava de carteira assinada e o pai não pagava pensão e nem ajudava a cuidar dela, então a avó paterna ficou com essa responsabilidade de ficar com ela de noite enquanto eu trabalhava. Por causa das minhas condições, agora ela mora com a avó paterna e vem para a minha casa nos finais de semana. Perdi meus pais muito cedo, morei na casa das meninas e, por determinação do Conselho, eu tinha que vir para o instituto quando era pequena. Eu estava aqui quando me ligaram falando que a minha mãe havia falecido, as minhas irmãs mais velhas não tinham condições de ficarem comigo e por isso fui para a casa das meninas. A assistente social daqui me conhece desde pequena. Quando fiz 18 anos, tive que sair da casa, pois era obrigatório, aí fui trabalhar, logo engravidei dessa minha filha mais velha e sempre tive responsabilidades de me virar e cuidar dela sozinha (Mãe 2).

Meus horários eram são bem difíceis. Anteriormente meu salário era todinho para as contas, não sobrava nada, agora consigo me organizar melhor. Eu não recebo pensão, está na justiça, então ele paga a pensão quando quer, o valor que quer, pois não tem nada definido. Tem meses que ele me paga 50 reais de pensão, outros meses 100. Então colocar meu filho na escola infantil ajudou. (Mãe 8).

A gente chega em casa às vezes cansada, ele quer atenção. Tenho tentado fazer o melhor, né? Graças a Deus, eu tenho meus pais que me dão apoio, né? Eu posso contar com eles. Eles moram perto da minha casa, então assim que eu preciso eles acabam me dando um apoio, principalmente agora pra estudo, né? aí eu consigo deixar ele com a minha mãe, a minha mãe também está estudando, mas meu pai está em casa, então tem o apoio pra ele. Me sinto culpada, né? Mas a gente se sente culpada por não estar dando a devida atenção. Mas estou tentando melhorar. Futuramente, pelo menos tentar comprar uma casinha, não tenho casa própria. Pra gente ficar um pouquinho melhor. (Mãe 10).

Tendo em vista que a presente pesquisa reflete acerca do fenômeno da feminização da pobreza a partir do estudo de caso da experiência das mães solo como um fator de que acessam à Educação Infantil do IMDAZ, é fundamental captar as percepções desse grupo de mulheres quanto a importância do acesso aos direitos básicos, como a educação para seus filhos menores, bem como as ausências e lacunas identificados no âmbito dos serviços públicos de saúde e assistencial social no município de Pelotas.

Para abordar o primeiro argumento foram propostas duas questões durante as entrevistas envolvendo diretamente o impacto da inclusão de seus filhos na Educação Infantil do IMDAZ e seus reflexos para a inserção no mercado de trabalho e melhoria na qualidade de vida e dos cuidados destinados ao núcleo familiar.

Acho que até a nossa dinâmica em casa mudou. Eles passaram a me entender mais, compreendem que precisam me ajudar em casa organizando os brinquedos e as coisinhas deles. Escovando os dentes. E a minha vida também mudou, pois passei a ficar mais calma e conseguir cuidar melhor deles, com mais paciência. Pois sem emprego eu me sentia desesperada, agora sei que tenho um emprego para cuidar dos meus filhos. (Mãe 1).

Eu posso trabalhar, posso deixar ela em uma escola onde ela tem toda uma alimentação de qualidade, isso pra mim é muito bom. Eu pedi muito para conseguir uma vaga aqui, as professoras me ajudam muito com ela, é uma alimentação a menos para pagar, principalmente por estar desempregada. (Mãe 2).

Bastante coisa mudou. Ela se desenvolveu bastante, era uma criança que tu não podia olhar para ela, agora ela mudou, se desenvolveu, melhorou, está até mais obediente. Quer ajudar em casa de tudo que é forma, quer fazer as coisas. Ela tá sendo mais madura do que está sendo antes, não tenho queixas do colégio, aqui ela mudou bastante, tá bem-falante, coisa que antes ela quase não falava, agora fala até demais. vejo que ela está se dedicando mais aos estudos (...). Na minha vida mudou bastante também, hoje eu consigo tomar conta da casa, consigo trabalhar descansada, pois aqui ela está bem cuidada, consigo manter tudo organizado para conseguir ter o horário para buscar, para levar. (Mãe 3).

Eu tenho mais tempo pra resolver outras coisas né e também é tipo, eu não estou tirando da minha responsabilidade de mãe, mas na escola está aprendendo muito mais coisa do que eu poderia estar ensinando em casa e eu tenho bem mais tempo pra resolver outras coisas. (Mãe 4).

Fiquei mais independente, não preciso ficar pedindo para ninguém cuidar deles. Eu fico mais tranquila, pois sei que das 8h às 17h eles estão em aula, estão estudando, se alimentando e tudo mais, aí eu fico mais tranquila para trabalhar. (Mãe 5).

Se ela não tivesse aqui quem sabe eu nem conseguisse trabalhar. Ou teria que pagar alguém para cuidar dela... Acho que ela ficou mais calma, mais sociável, com outras crianças até. Ela aprendeu coisas que outras crianças na idade dela não sabem... minha vida mudou bastante, até a nossa vivência junto. A adaptação dela aqui ajudou na adaptação dela em casa também, melhorando a nossa convivência e relacionamento. (Mãe 6).

(...) a evolução delas principalmente (referindo-se a frequência da filha na Escola Infantil). ... posso trabalhar durante o dia também me ajudou bastante. (Mãe 7).

Eu tive a possibilidade de terminar meu curso técnico na parte da tarde, melhorou a nossa renda familiar, pois eu sempre tive que pagar escola particular para ele poder ficar enquanto eu trabalho/estudo. (Mãe 8).

Eu dependo da escola para poder dar uma estabilidade de vida para ela. Eu sabendo que ela está segura, consigo trabalhar até no meu ramo que não é a faxina. É vendas. Eu trabalhava no Shopping Atacadista, trabalhava no comércio. E para que eu consiga trabalhar no comércio, só quando ela está aqui na escola... Depois que ela entrou aqui eu pude começar a trabalhar, eu aviso na faxina que deixo minha filha às 7:45 na escola então marco a faxina para as 8h e que termine até o horário de pegar ela aqui de volta. Tento sempre fechar faxinas para que eu consiga trabalhar 8 horas corridas para conseguir ter uma renda melhor para nós, então trabalho até às 16:30 para vir direto buscar ela. (Mãe 9).

Sim, me ajudou bastante com a função de ser integral, pois ele fica aqui durante meu horário de trabalho... Facilitou bastante essa função, até pra ele, o desenvolvimento dele né, ajudou bastante porque o auxílio das professoras. (Mãe 10).

E para abordar o segundo argumento — ausências e lacunas identificados no âmbito dos serviços públicos de saúde e assistência social no município de Pelotas — foram inseridos no roteiro de entrevistas. O primeiro questionamento envolve o acesso das entrevistadas a rede de assistência social e saúde existentes no município de Pelotas. A seguir estão transcritas as respostas coletadas:

Sim, acessei o CRAS quando estava desempregada, foi lá que consegui meu Bolsa Família e comecei a me organizar. (Mãe 1).

Sim, acesso o CRAS e a UBS do Obelisco. (Mãe 2).

Não, se preciso de assistente social eu tento procurar a daqui (referindo-se ao Instituto de Menores Dom Antônio Zattera), pois o CRAS não adianta, eu já procurei várias vezes e nunca consegui nada. Aqui a Ana me apoia, me ajuda, me dá conselhos. Até na UBS ter vacina é difícil, geralmente tu procura e não tem. (Mãe 3).

Sim, o CREAS. (Mãe 4).

Sim, o CRAS e quando eu preciso de alguma coisa a assistente social me ajuda, lá da casa de acolhida que eu fiquei (referindo-se a Casa de Acolhida Luciety⁶).. (Mãe 5).

Sim, a UBS e o CRAS para tentar receber o Bolsa Família. (Mãe 6).

Não, apenas a UBS para vacinas e o CRAS para inscrição no Bolsa Família. (Mãe 7).

Sim, o CRAS quando necessário. (Mãe 8).

Sim, em Santa Catarina eu era acompanhada pelo CREAS, aí me encaminharam para o CRAS daqui, quando voltamos para Pelotas. (Mãe 9).

Sim, procurei o CRAS uma vez para fazer a inscrição para o Cadastro Único e não tive nenhum problema ou dificuldade. (Mãe 10).

Observa-se que a ampla maioria das mulheres entrevistadas, mesmo que episodicamente, acessou a rede de assistência social e de saúde do município de Pelotas. A partir desse levantamento, solicitou-se a descrição de experiência com o acesso aos serviços públicos em questão:

⁶ A Casa de Acolhida Luciety foi fundada em 2002, com o objetivo atender mulheres vítimas de agressão no município de Pelotas. A entidade aceita somente mulheres encaminhadas pela Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM). No local, elas recebem atendimento médico, psicológico e pedagógico.

Nunca tem pediatra nos postos, já teve falta de vacina, além disso, nem sempre conseguimos fichas para atendimento, mesmo indo bem cedo. (Mãe 1).

A maior dificuldade que tem nos CRAS são as filas e os profissionais para trabalhar, pois o sistema não paga muito bem por esses profissionais, então tu vai em um CRAS e geralmente não tem o profissional necessário, pois o governo não paga. Igual em posto, muitas vezes tu vai e não tem médico, pois não foram pagos e não vão trabalhar. Essa é a maior dificuldade encontrada em tudo que é serviço público, não tem o que fazer. A falta de profissionais é a realidade. Às vezes até tem o profissional para atender, mas ele está sobrecarregado, então não consegue dar conta. (Mãe 2).

O CRAS eu só procuro para atualizar meu cadastro único. Tentei retirar uma cesta básica e não consegui, pois lá me disseram que tinha muita burocracia e acabei deixando para lá. (Mãe 3).

Não tive dificuldades. (Mãe 4).

Não tive dificuldades para ser atendida. Quando eu era casada não acessava nenhum serviço. Quando sai de casa, fui direto para o abrigo, então a Andreia (assistente social do abrigo Luciety) me ajuda sempre que preciso. (Mãe 5).

Não tive dificuldades, foi bem tranquilo. (Mãe 6).

Quando precisei achei difícil, eles não atendem ligação e para conseguir agendamento é muito demorado (referindo-se ao CRAS). Na UBS nunca tive problemas. (Mãe 7).

No CRAS foi difícil, o que precisei eu não consegui. (Mãe 8).

Não houve dificuldades, eu sempre consegui ser atendida aqui. (Mãe 9).

Solicitam muitos documentos e comprovações. (Mãe 10).

Não obstante, algumas mulheres tenham declarado não ter tido qualquer tipo de dificuldade para acessar os serviços de assistência social e saúde do município, observa-se que existem alguns obstáculos, e os acessos são bastante restritos a questões pontuais como realização do Cadastro Único e o acesso ao Bolsa Família.

Por fim, as mães solo entrevistadas foram questionadas acerca da natureza das políticas públicas (municipais, estaduais e nacionais) que poderiam contribuir para a sua retirada da condição de vulnerabilidade econômica e exclusão social.

Acho que o espaço do Instituto é o melhor projeto, eu sou exemplo. Tendo uma educação infantil e até fundamental, tendo algo para os filhos terem cuidado e aprendizagem em tempo integral, é o melhor apoio. Outra ideia é o encontro de mulheres (rede de apoio) que tivessem o mesmo problema, onde pudessem conversar com uma psicóloga, uma assistente social, não que vá dizer como resolver a vida delas, mas para dizer para terem calma, que nós vamos conseguir. Às vezes, quando nos sentimos sozinhas, perdemos a esperança. (Mãe 1).

Por mais que tenha um profissional, ele só vai conseguir te ajudar na parte que envolva a profissão dele, ele não consegue resolver tudo. Podia criar um projeto remunerado para as mães solo. Uma parte fica com o projeto para dar continuidade e outra seria dividida entre as mães, pois seria um incentivo para elas participarem, mas não tem isso em Pelotas. Tem alguns cursos no Senac, mas para nós, mães solo que não têm escolaridade, não têm oportunidade em lugar nenhum. Precisa ter algum projeto de conseguir uma moradia digna para essas pessoas. O Minha Casa Minha Vida, que é uma coisa do Governo igual o Bolsa Família, em Pelotas é um atraso. A gente vai na Habitação e a resposta é que Pelotas perdeu os prazos de inscrição, então dificulta ainda mais a vida de nós, mães solo, pois seria nossa única oportunidade de ter uma casa própria. (Mãe 2).

O que as crianças reclamam mais é a dificuldade de locomoção, como na hora da chuva e tudo mais, pois nesses dias muitas não conseguem vir. Uma simulação: se tivesse uma van, que desse para trazer as crianças e com preço social, que fosse ao menos só nos dias de chuva, já iria ajudar muito. (Mãe 3).

Poderia ter algum tipo de rede de apoio no CRAS para as mães solo, principalmente para as que nunca trabalharam. (Mãe 4).

O IMDAZ é bem-bom para as mães que precisam trabalhar, pois as crianças ficam aqui o dia inteiro e estão seguras. Deveria ter mais lugares e projetos assim, como tem aqui, como dança e esportes. (Mãe 5).

Deveria ter algum tipo de projeto nos CRAS voltado para as mães solo. (Mãe 7).

Acho que não necessariamente para as mães, mas poderia ter algo para a família em geral. (Mãe 8).

Projetos sempre são bons né, ajudam bastante... Até para a minha filha o que ela mais precisa é da parte da psicologia e não tem esse tipo de atendimento no CRAS aqui. Em Santa Catarina ela tinha acompanhamento e eu também. As mesmas situações que as mães passam, as crianças passam também. Poderia ter algum atendimento para as mães. Lá eles me ajudavam muito com isso. Como lá é pelo Governo Federal eles davam alimentação, tinha acompanhamento pela escola, eles 'davam' parecer explicando a nossa situação para a escola e qualquer tipo de assistência que eu precisava. Lá eles estão sempre em cima, a cada 15 dias eu precisava ir no CREAS para passar por atendimento, aqui isso não acontece. Logo que eu vim para cá eu consegui ajuda com alimentação pelo CRAS que me ajudou bastante, mas em comparação aos alimentos recebidos lá em Santa Catarina, lá vinha uma alimentação completa que durava quase o mês todo, aqui vem pouca quantidade. (Mãe 9).

Nesse estudo de caso, o entrecruzamento entre os dados socioeconômicos e os relatos provenientes das entrevistas com uma parcela das mulheres cujos filhos frequentam a Educação Infantil do IMDAZ confirmam a hipótese de que o fenômeno contemporâneo da feminização da pobreza potencializa-se com as experiências de mães solo. Paralelo a tal constatação, foi possível confirmar o quanto o acesso ao direito fundamental a educação básica contribui não apenas para promover a inserção

das mães solo no mercado de trabalho, mas sobretudo estruturar as formas de cuidado e o desenvolvimento das habilidades sociais para as mulheres e seus filhos.

A totalidade das entrevistadas declarou que o acesso de seus filhos(as) à Educação Infantil do Instituto de Menores contribuiu definitivamente para a sua inserção no mercado de trabalho e a melhoria das garantias necessárias para o cuidado da família. Vários são os aspectos apontados como relevantes para organização familiar, dentre eles: a alteração na dinâmica em casa, a melhora do convívio familiar e as relações interpessoais, assim como a autonomia e o desenvolvimento das crianças; a organização das mães que conseguem ter mais calma e dedicação no cuidado com os filhos; o fato de ter os seus filhos matriculados na escola em turno integral produz o sentimento de que estarão bem cuidados e alimentados.

Soma-se a isso, afirmações quanto à disponibilidade de tempo para resolver questões pessoais, as maiores oportunidades para trabalhar fora de casa e estudar. Além disso, foi apontada a conquista de independência das mães, que não necessitam solicitar auxílio de terceiros para o cuidado de seus filhos e, ainda, poder economizar com babás.

As entrevistas realizadas também apontaram a necessidade do incremento de políticas públicas, especialmente no âmbito municipal, destinadas à redução da vulnerabilidade socioeconômica das mães solo. Dentre as principais propostas estão: a expansão de programas educacionais em tempo integral; a criação de redes de apoio específicas para mulheres vulneráveis; o incentivo a projetos de capacitação e empreendedorismo para mães solo; e, o fortalecimento dos serviços de assistência social, com aumento de equipe técnica e melhor infraestrutura.

As mães solo representam uma parcela significativa das mulheres que enfrentam múltiplas camadas de adversidades no contexto socioeconômico contemporâneo. Ao observar os dados fornecidos sobre a demografia dessas mães – a idade, naturalidade, estado civil, escolaridade, raça/etnia, profissão, entre outros fatores – é possível traçar um perfil que revela a interseção de diversos tipos de opressões e desigualdades.

Em suma, apesar dos avanços legislativos, as mães que criam os filhos sozinhas continuam enfrentando diversas formas de discriminação, desde obstáculos estruturais derivados de uma herança patriarcal até desafios cotidianos relacionados

ao equilíbrio entre trabalho e cuidado com os filhos. Essas barreiras afetam não apenas o bem-estar das mães, mas também o futuro de suas famílias.

Diante disso, a expressão “Trabalhar como se não tivesse filhos e ser mãe como se não trabalhasse fora”, de Lisaukas (2022, s/p) destaca uma realidade desafiadora enfrentada por muitas mulheres.

Uma análise do PNAD (2018) revelou que mulheres que trabalham fora dedicam aproximadamente 18,1 horas semanais às responsabilidades domésticas e de cuidado com familiares, incluindo crianças e idosos. Em contraste, homens desempregados ou inativos gastam somente cerca de 12 horas semanais em tais atividades.

Ainda, de acordo com dados da Primeiríssima Infância – Creche, 89% das crianças com até três anos são majoritariamente cuidadas por suas mães (Martins, 2017). As atividades de garantia e reprodução da vida envolvem uma gama extensa de atividades diárias, desde cuidados básicos até tarefas educacionais, colocando as mulheres em uma posição de desigualdade significativa em relação aos homens no que se refere ao trabalho de cuidado.

Heleieth Saffioti (1982) aborda a distinção de papéis entre homens e mulheres na sociedade brasileira, destacando que ambos são moldados para desempenhar funções específicas. Enquanto os homens têm determinados campos de atuação, as mulheres são frequentemente designadas para tarefas relacionadas à socialização e cuidado dos filhos. Mesmo quando as mulheres estão envolvidas em atividades remuneradas fora de casa, ainda são primariamente responsáveis pela preparação das gerações mais jovens para a vida adulta.

Angela Davis (2016) ressalta que, devido à natureza não lucrativa dessas atividades, elas são frequentemente relegadas a uma categoria inferior de trabalho em comparação com empregos assalariados. Esse trabalho de cuidado, especialmente relacionado à educação e socialização dos filhos, está profundamente enraizado nas expectativas sociais sobre o “papel ideal” da mulher como mãe, perpetuando estereótipos discriminatórios que limitam as mulheres em suas capacidades e liberdades individuais.

A condição de ser mãe solo traz desafios significativos. As respostas indicam que essa realidade é permeada por sobrecargas físicas e emocionais. A falta de suporte familiar e a responsabilidade integral pelos filhos tornam-se uma constante, muitas vezes afetando a saúde mental e física dessas mulheres.

As mães que buscam Educação Infantil para seus filhos, apesar dos desafios, demonstram resiliência e determinação. Através de suas experiências, fica evidente a necessidade de apoio contínuo e políticas públicas eficazes para garantir que essas mulheres tenham a oportunidade de construir um futuro melhor para si e para seus filhos. Reconhecer e valorizar suas lutas é o primeiro passo para criar uma sociedade mais justa e igualitária.

Dessa forma, abordar a realidade das mães solo requer uma compreensão profunda e holística das múltiplas barreiras que elas enfrentam. Por meio de uma lente feminista que reconhece a interseccionalidade das opressões e a importância da reprodução social, podemos trabalhar para criar um ambiente mais inclusivo, justo e equitativo para todas as mulheres, especialmente aquelas que são mães solo (Arruzza, Fraser, Bhattacharya ,2019).

Ser mãe solo é uma jornada intensa e ininterrupta, a responsabilidade de cuidar dos filhos 24 horas por dia, sem pausas, muitas vezes se traduz em sacrifícios pessoais. Muitas dessas mães enfrentam o desafio de não poderem desfrutar de uma refeição tranquila ou um sono reparador, pois a carga de cuidados é incessante.

Entretanto, quando se fala da inserção dos filhos na Escola de Educação Infantil Dom Antônio Zattera, percebe-se uma mudança importante na vida dessas mulheres. Com um local seguro e apropriado para seus filhos, elas encontram a oportunidade de se reestruturar: buscando empregos, retornando aos estudos e, até mesmo, conseguindo gerir melhor a casa e o autocuidado.

Contudo, a realidade é multifacetada, muitas dessas mães também enfrentam o desafio adicional de cuidar de pais idosos, intensificando ainda mais sua carga de trabalho e dificultando a busca por empregos formais. A separação dos pais, frequentemente seguida pela mudança destes para outras cidades ou estados, deixa muitas mães isoladas, assumindo toda a responsabilidade parental.

Além disso, histórias de desencontros e desafios permeiam a experiência dessas mulheres. Uma mãe compartilha sua história de desejo pela maternidade mais forte que o de seu parceiro, resultando em separação e abandono subsequente. As dificuldades financeiras e emocionais são agravadas quando os ex-companheiros não contribuem com pensão ou cuidados.

A jornada não é isenta de obstáculos. Dificuldades na obtenção de assistência médica, falta de equipes técnicas adequadas nos serviços de assistência social e comunicação insatisfatória com os CRAS são desafios persistentes. As mães clamam

por políticas públicas mais abrangentes, que incluam educação em tempo integral para crianças, redes de apoio para mulheres em situações vulneráveis, cursos profissionalizantes e melhorias nos serviços de assistência.

Em meio a essas adversidades, algumas mães encontram força e esperança. Uma delas expressa, “Hoje estou no meu melhor momento”, ressaltando sua determinação em proporcionar uma vida melhor para seus filhos, apesar das adversidades enfrentadas. A jornada de ser mãe solo é desafiadora, mas com apoio adequado e políticas públicas eficazes, é possível criar um ambiente mais propício para o crescimento e desenvolvimento dessas famílias monoparentais no município de Pelotas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o fenômeno da feminização da pobreza, com um foco específico nas mães solo que acessam a Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera em Pelotas, estado do Rio Grande do Sul. Através da construção do perfil socioeconômico dessas mulheres, combinado com uma abordagem qualitativa efetiva a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, foi possível mapear e analisar as experiências vivenciadas, destacando as dificuldades enfrentadas e as possíveis soluções para mitigar os impactos negativos da pobreza sobre suas vidas e de seus filhos.

As mães solo atendidas pelo Instituto de Menores Dom Antônio Zattera em Pelotas representam um grupo demográfico significativo com características comuns que moldam suas experiências e desafios. A maioria dessas mulheres é jovem, com idades entre 20 e 39 anos, colocando um fardo significativo sobre elas em termos de responsabilidade tanto financeira quanto no que se refere aos deveres de reprodução da vida. A faixa etária predominante sugere que muitas dessas mulheres estão em uma fase vital de suas vidas, onde a busca por estabilidade financeira e desenvolvimento pessoal é crucial, mas frequentemente limitada pelas suas circunstâncias.

A maioria das mães solo possui mais de um filho, aumentando a carga de trabalho e as responsabilidades. A sobreposição de papéis – mãe, provedora, cuidadora e, em muitos casos, trabalhadora informal – gera um cenário onde o tempo e os recursos são escassos. Esta situação complica ainda mais a possibilidade de buscar oportunidades de emprego que ofereçam estabilidade e benefícios, uma vez que a necessidade de cuidados constantes com os filhos limita as opções de trabalho disponíveis para essas mulheres.

A intersecção entre raça e gênero é um fator crítico na análise da feminização da pobreza entre as mães solo. Uma parte significativa dessas mulheres se autodeclara negra (preta ou parda), o que adiciona uma camada de complexidade às suas experiências de pobreza e exclusão social. No Brasil, a população negra enfrenta desigualdades estruturais que se refletem em menores oportunidades de emprego, educação e acesso a serviços públicos. Esta realidade agrava ainda mais as dificuldades enfrentadas pelas mães solo negras que precisam lutar contra a

discriminação racial e de gênero, ao mesmo tempo, em que buscam sustentar suas famílias.

As oportunidades de emprego para as mães solo são frequentemente limitadas a trabalhos informais e de baixa remuneração. A falta de qualificação profissional adequada e a necessidade de horários de trabalho flexíveis para cuidar dos filhos, muitas vezes, empurram essas mulheres para o setor informal, onde os direitos trabalhistas são praticamente inexistentes. Este tipo de emprego não oferece a segurança necessária para a estabilidade financeira, perpetuando o ciclo de pobreza.

Embora existam programas de transferência de renda como o Bolsa Família, a pesquisa indica que muitas mães solo não têm acesso a esses benefícios. A falta de informação e as barreiras burocráticas são fatores que dificultam o acesso dessas mulheres aos programas de assistência social. Além disso, os critérios restritivos de elegibilidade excluem muitas famílias que, apesar de necessitadas, não conseguem se encaixar nas condições estabelecidas pelos programas governamentais.

Arruzza, Fraser e Bhattacharya (2019) apontam que o feminismo tradicional, muitas vezes, falha em não reconhecer a complexidade das situações vivenciadas por mulheres, especialmente aquelas que são mães solo. Não se trata apenas de desafios de gênero; a sociedade está diante de um mosaico de desigualdades que envolvem classe, raça e outras dinâmicas socioeconômicas. Por exemplo, muitas dessas mães estão em posições de vulnerabilidade econômica, trabalhando em empregos precários ou sem acesso a trabalhos formais, como indicam os dados sobre profissão e modalidade de trabalho.

A ideia de reprodução social, como discutida no texto, é fundamental para entender a situação das mães solo. Elas muitas vezes carregam o fardo desproporcional do trabalho não remunerado, cuidando dos filhos sem o suporte adequado da sociedade ou do Estado. Mesmo quando algumas conseguem acessar a Educação Infantil, como mencionado nos dados, ainda enfrentam desafios significativos, desde a falta de apoio em saúde até a sobrecarga emocional e física de criar filhos sozinhas.

O feminismo para os 99%, conforme discutido, propõe uma abordagem mais inclusiva e abrangente que reconhece e combate as estruturas sistêmicas de opressão. Para as mães solo, isso significa exigir políticas públicas mais robustas que abordem suas necessidades específicas, como acesso a creches de qualidade, assistência médica adequada, moradia digna e oportunidades de emprego estáveis.

Além disso, é crucial reconhecer e valorizar o trabalho vital que essas mães realizam na reprodução social, garantindo que elas sejam apoiadas e não sobrecarregadas por sistemas que perpetuam desigualdades (Arruzza, Fraser, Bhattacharya, 2019).

O acesso à Educação Infantil em período integral oferecido pelo Instituto de Menores Dom Antônio Zattera desempenha um papel importante na vida dessas mães, conforme declarações uníssonas de todas as mães entrevistadas. A possibilidade de deixar os filhos em um ambiente seguro permite que elas busquem inserção no mercado de trabalho, retornem aos estudos ou se dediquem a outras atividades produtivas. No entanto, a pesquisa também revela que a oferta de vagas é insuficiente para atender a todas as famílias necessitadas, e a qualidade dos serviços deve ser constantemente avaliada e aprimorada para garantir que as crianças recebam o suporte adequado para seu desenvolvimento.

Os desafios enfrentados pelas mães solo, vão além das dificuldades financeiras. A sobrecarga emocional e física de cuidar dos filhos sozinha, sem uma rede de apoio sólida, pode levar ao esgotamento e à deterioração da saúde mental. A falta de tempo para cuidar de si mesmas, aliada ao estresse constante de prover para a família, cria um ambiente de vulnerabilidade extrema. Este cenário destaca a importância de políticas públicas que não só ofereçam suporte financeiro, mas também psicológico e social.

Portanto, a partir desta pesquisa, pode-se sugerir as seguintes recomendações para Políticas Públicas:

Ampliação de Programas de Transferência de Renda: Tornar os critérios de elegibilidade mais inclusivos e reduzir a burocracia para facilitar o acesso das mães solo aos benefícios sociais.

Capacitação Profissional: Implementar programas de formação e qualificação profissional que permitam às mães solo acessar empregos formais com melhores remunerações e direitos trabalhistas garantidos.

Expansão da Educação Infantil: Aumentar a oferta de vagas em creches e pré-escolas de período integral, garantindo a qualidade do ensino e o suporte necessário para o desenvolvimento das crianças.

Suporte Psicossocial: Criar programas de apoio psicológico e emocional para mães solo, ajudando-as a lidar com o estresse e o esgotamento enfrentado por mães que precisam cuidar sozinhas da família.

Políticas de Inclusão Racial e de Gênero: Desenvolver políticas específicas que abordem as desigualdades raciais e de gênero, promovendo a inclusão e a equidade no acesso a oportunidades e serviços, com um recorte específico para as mães solo em vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Mãe solo**. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/mae-solo>>. Acesso em: 03. fev. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Mais de 100 mil crianças não receberam o nome do pai este ano**. Agência Brasil, ago. 2022. Disponível em: <<https://www.arpensp.org.br/noticia/agencia-brasil-mais-de-100-mil-criancas-nao-receberam-o-nome-do-pai-este-ano>>. Acesso em: 06. fev. 2024.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SCHRITZMEYER, Ana L. Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/SP, 1990-2006). In: **Anais** do 7º Encontro da ABCP, 2010.

ARAÚJO, Clareana Lopes de. **Feminização da pobreza no Brasil e o papel das políticas públicas**: o caso de mulheres responsáveis por famílias monoparentais. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto Superior de Economia e Gestão; Universidade de Lisboa, Lisboa.

ARRUZZA, Cinzia; FRASER, Nancy; BHATTACHARYA, Tithi. **Feminismo para os 99%**. Um Manifesto. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Fatos e Mito. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BORGES, Lizia. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, n. 1, p. 1-23, mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10. jun. 2023.

_____. **Lei n.º 8.069**. 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

_____. **Lei n.º 9.394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. **Lei n.º 10.172**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

CARLOTO, Cássia Maria. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Virtual Textos & Contextos**, v. 4, n. 1, p. 1-17, dez. 2005.

COELHO, Renato, FERREIRA, José Paulo, SUKIENNIK, Ricardo, HALPERN, Ricardo. Desenvolvimento infantil em atenção primária: uma proposta de vigilância. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 92, p. 505-511, 2016.

COSTA, Joana Simões, PINHEIRO, Luana, MEDEIROS, Marcelo, QUEIROZ, Cristina. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA, 2005.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DICIONÁRIO Online de Português. **Desvalidos**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/desvalidos/>>. Acesso em: 31. jan. 2024.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher Março – 2023. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>>. Acesso em: 04. fev. 2024.

FEIJÓ, Janaína. **Diferenças de gênero no mercado de trabalho**. Portal FGV, 2023. Disponível em <<https://portal.fgv.br/artigos/diferencas-genero-mercado-trabalho>>. Acesso em: 09. abr. 2024.

_____. **Mães solo no mercado de trabalho**. Portal FGV, 2023. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 16. jun. 2024.

FINAMORI, Sabrina, BATISTA, Maria Alice Magalhães. Categorias Empíricas e Analíticas: Mães-Solo e Monoparentalidade Feminina. **Mediações**, v. 27, n. 3, p. 1-19, set.-dez. 2022.

FRANZIN, Adriana; FERREIRA, Priscila. De casa para o trabalho: como a dupla jornada afeta a vida das mães. **Agência Brasil**, 14 mai. 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/de-casa-para-o-trabalho-como-dupla-jornada-afeta-vida-das-maes>>. Acesso em: 10. jun. 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48.ed. Recife: Global Editora, 2003.

GALLI, Laura Spritzer. **A Teoria feminista na historiografia: um estudo sobre a produção das historiadoras na Revista Cadernos Pagu (1993-2012)**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em História). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GALLIANO, Alfredo Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, n. 17/18, p. 139-156, 2001/02.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

Características gerais dos domicílios e dos moradores 2018, 2019b. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101654_informativo.pdf>. Acesso em: 10. jun. 2023.

_____. **Censo escolar**, 2021. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/13/5908?localidade1=431440>>.

Acesso em: 06. abr. 2024.

_____. **Cidades**. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>>. Acesso em: 06 abr. 2024.

INSTITUTO de Estudos Socioeconômicos (INESC). **A conta do desmonte Balanço do Orçamento Geral da União 2021**. Brasília, DF, 2021.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30. mai. 2023.

INSTITUTO de Pesquisa Aplicada – IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). 4. ed. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em:

<<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 04. fev. 2024.

LIRA, Karoline Flávia S.; BARROS, Ana Maria de. Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de Pernambuco. **Revista Ágora**, n. 22, p. 275-297, 2015.

LISAUKAS, Rita. **Ser mãe é padecer na internet. Trabalhar como se não tivesse filhos, ser mãe como se não trabalhasse fora**. Estadão, 24 nov. 2022. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/blogs/ser-mae/trabalhar-como-se-nao-tivessefilhos-ser-mae-como-se-nao-trabalhasse-fora/>>. Acesso em: 06. fev. 2024.

MACHADO, Cecília. The Labor Market Consequences of Maternity Leave Policies: Evidence from Brazil. **Fundação Getúlio Vargas** – Pesquisa Think Tank, dez. 2016. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/think-tank/mulheres-perdem-trabalho-apos-terem-filhos>>. Acesso em: 07. abr. 2024.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARTINS, Helena. **Mães são responsáveis pela criação dos filhos até 3 anos em 89% dos casos**. Agência Brasil, 7 nov. 2017. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/maes-sao-responsaveispela-criacao-dos-filhos-ate-3-anos-em-89-dos-casos>>. Acesso em: 16. jul. 2023.

MELO, Hildete Pereira, BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Unidad Mujer y Desarrollo Projecto “Governabilidade democrática e igualdade de gênero” mujer y desarrollo. CEPAL, Nações Unidas, Santiago de Chile, jun., 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Dez. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>>. Acesso em: 05. fev. 2024.

_____. **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**. Nov. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>>. Acesso em: 21. out. 2024.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambú/MG, 2004. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/%20anais/article/viewFile/1304/1268>>. Acesso em: 10. jun. 2023.

PHELIPE, André; BARBOSA, Marina. Mulheres são responsáveis pela renda familiar em quase metade das casas. **Correio Brasiliense**, fev. 2020. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,828387/mulheres-sao-responsaveis-pela-renda-familiar-em-quase-metade-das-casa.shtml>. Acesso em: 10. jun. 2023.

RODRIGUES, Wallace. Vulnerabilidade Educacional na Educação Infantil: Um Problema de Políticas Públicas. **Porto das Letras**, v. 5, n. 1, p. 75-84, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. O trabalho da Mulher no Brasil. **Perspectivas**, v. 5, p. 115-135, 1982.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Coordenadoria Pedagógica. Vulnerabilidade e Educação**, v. 3. São Paulo: SME/COPED, 2021.

SANTIAGO, Aldilene Lima de Carvalho. A mulher como chefe de família, uma visão sócio-histórica. **Protagonismo Digital**, 2011. Disponível em: <<https://www.protagonismodigital.sed.ms.gov.br/roteiro-de-estudo/a-mulher-como-chefe-de-familia-uma-visao-socio-historica-57017>>. Acesso em: 10. jun. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Daniel Ignacio da; VERISSIMO, Maria de La Ó Ramallo; MAZZA, Verônica de Azevedo. Vulnerabilidade no desenvolvimento infantil: influência das políticas públicas e programas de saúde. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, v. 25, n. 1, p.11-18, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN. Robert, K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS QUE ORIENTOU A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS E APLICADAS ÀS MÃES SOLO QUE FREQUENTAM A EDUCAÇÃO INFANTIL DO INSTITUTO DE MENORES.

- 1) Idade:
- 2) Naturalidade:
- 3) Estado Civil:
- 4) Escolaridade:
- 5) Raça/Cor/Etnia:
- 6) Profissão:
- 7) Exerce trabalho remunerado?
- 8) Modalidade do trabalho exercido:
- 9) Horas diárias trabalhadas?
- 10) Qual valor do salário recebido?
- 11) Recebe Bolsa Família ou outro auxílio do Governo?
- 12) Se considera mãe solo? Comente:
- 13) Número de filhos(as):
- 14) Idade dos filhos:
- 15) Quantos filhos frequentam o Instituto de Menores? Idade:
- 16) Possui família extensa ou outra rede de apoio para dividir as responsabilidades de cuidados com seus(uas) filhos(as)?
- 17) Quantos filhos frequentam a Educação Infantil no Instituto de Menores? Idade:
- 18) Em que ano seu filho(a) começou a frequentar o IMDAZ (escola)?
- 19) Na sua opinião, a frequência do seu filho na Educação Infantil do Instituto de Menores contribuiu para a sua inserção no mercado de trabalho e a melhoria das garantias necessárias para o cuidado da família?
- 20) Após matricular o seu filho na escola infantil Dom Antônio Zattera, o que você acha que mudou na sua vida?
- 21) Caso deseje, relate experiências anteriores, apontando dificuldades e obstáculos enfrentados durante a sua trajetória como chefe de família:
- 22) Você acessa a rede de assistência social no município de Pelotas? Indique quais serviços:
- 23) Aponte os principais problemas enfrentados para acessar os serviços públicos de saúde e assistência social no município de Pelotas:

24) Na sua opinião, que tipo de política pública (municipal, estadual e nacional, patrocinada pelo Governo) pode contribuir para a retirada das mães solas da condição de vulnerabilidade socioeconômica:

25) Espaço aberto para comentários sobre a experiência como chefe de família monoparental e comentários em geral:

APÊNDICE B - ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA

Entrevista 1

Nome: Mãe 1

1) Idade: 35

2) Naturalidade: Pelotas

3) Estado Civil: solteira

4) Escolaridade: superior completo - Pedagogia

5) Raça/Cor/Etnia: branca

6) Profissão: auxiliar de sala/professora

7) Exerce trabalho remunerado? sim

8) Modalidade do trabalho exercido: carteira assinada

9) Horas diárias trabalhadas? 8h

10) Qual valor do salário recebido? 1500

11) Recebe Bolsa Família ou outro auxílio do Governo? Não, mas já teve o bolsa família.

12) Se considera mãe solo? Comente: Não é fácil, é muito corrido. Não durmo direito pensando nos filhos. Já passei muito mais trabalho antes de conseguir um emprego. Quando me separei o pai dos meus filhos se negou a pagar pensão, então eu precisei vender as coisas de dentro de casa para poder comprar comida pois não tinha da onde tirar dinheiro. Vendi móveis e eletrodomésticos. Foi horrível.

13) Número de filhos(as): 2

14) Idade dos filhos: 5 e 8 anos

15) Quantos filhos frequentam o Instituto de Menores? 1. Idade: 8 anos

16) Possui família extensa ou outra rede de apoio para dividir as responsabilidades de cuidados com seus(uas) filhos(as)? Não, quando preciso tenho que pagar babá

17) Quantos filhos frequentam a Educação Infantil no Instituto de Menores? 1. Idade: 5 anos

18) Em que ano seu filho(a) começou a frequentar o IMDAZ (escola)? 2022

19) Na sua opinião, a frequência do seu filho na Educação Infantil do Instituto de Menores contribuiu para a sua inserção no mercado de trabalho e a melhoria

das garantias necessárias para o cuidado da família? Sem dúvidas, tudo que tenho hoje é através do apoio que recebo aqui. Foi meu alicerce.

20) Após matricular o seu filho na escola infantil Dom Antônio Zattera, o que você acha que mudou na sua vida? Acho que até a nossa dinâmica em casa mudou. Eles passaram a me entender mais, compreendem que precisam me ajudar em casa organizando os brinquedos e as coisinhas deles. Escovando os dentes. E a minha vida também mudou, pois passei a ficar mais calma e conseguir cuidar melhor deles, com mais paciência. Pois sem emprego eu me sentia desesperada, agora sei que tenho um emprego para cuidar dos meus filhos.

21) Caso deseje, relate experiências anteriores, apontando dificuldades e obstáculos enfrentados durante a sua trajetória como chefe de família: logo que me separei o pai deles não pagava pensão pois dizia que só daria algum dinheiro se voltássemos a morar juntos, depois de um tempo ele começou a ajudar com 100, 200 reais, até que chegou a pagar 300 reais de pensão. Foi nesse momento que precisei vender os móveis de dentro de casa.

22) Você acessa a rede de assistência social no município de Pelotas? Indique quais serviços: Sim, acessei o CRAS quando estava desempregada, foi lá que consegui fazer o bolsa família e começar a me organizar.

23) Aponte os principais problemas enfrentados para acessar os serviços públicos de saúde e assistência social no município de Pelotas: Nunca tem pediatra nos postos, já teve falta de vacina e além disso, nem sempre conseguimos fichas para atendimento, mesmo indo bem cedo.

24) Na sua opinião, que tipo de política pública (municipal, estadual e nacional, patrocinada pelo Governo) pode contribuir para a retirada das mães solas da condição de vulnerabilidade socioeconômica: Eu acho que o espaço do Instituto é o melhor projeto, eu sou exemplo. Tendo uma educação infantil e até fundamental, tendo algo para os filhos terem cuidando e aprendizagem em tempo integral é o melhor apoio. Um encontro de mulheres (rede de apoio) que tivessem o mesmo problema, onde pudessem conversar com uma psicóloga, uma assistente social, não que vá dizer como resolver a vida delas mas para dizer para terem calma, que nós vamos conseguir. As vezes quando nos sentimos sozinhas perdemos a esperança.

25) Espaço aberto para comentários sobre a experiência como chefe de família monoparental e comentários em geral: hoje estou no meu melhor momento né, mas já passei por muitos perrengues. Em um dia, eu precisava ir na faculdade fazer uma

prova e tive que levar meus dois filhos pois não tinha com quem deixar. Tive medo que eles fizessem algum barulho e atrapalhasse algum colega que estivesse fazendo prova então eu esperei do lado de fora da sala de aula até que todos terminassem a prova para que então eu pudesse fazer. Chorei muito, foi um momento muito difícil para mim.

Entrevista 2

Nome: Mãe 2

1) Idade: 29

2) Naturalidade: Pelotas

3) Estado Civil: solteira

4) Escolaridade: fundamental incompleto

5) Raça/Cor/Etnia: preta

6) Profissão: faxineira

7) Exerce trabalho remunerado? Sim

8) Modalidade do trabalho exercido: autônoma

9) Horas diárias trabalhadas? 8h

10) Qual valor do salário recebido? 170 por diária

11) Recebe Bolsa Família ou outro auxílio do Governo? Sim, Bolsa família

12) Se considera mãe solo? Comente: Sim

13) Número de filhos(as): 2

14) Idade dos filhos: 2 anos e 9 anos

15) Quantos filhos frequentam o Instituto de Menores? Nenhum. **Idade:**

16) Possui família extensa ou outra rede de apoio para dividir as responsabilidades de cuidados com seus(uas) filhos(as)? Não, quando preciso tenho que pagar alguém.

17) Quantos filhos frequentam a Educação Infantil no Instituto de Menores? 1. **Idade:** 2 anos.

18) Em que ano seu filho(a) começou a frequentar o IMDAZ (escola)? 2022.

19) Na sua opinião, a frequência do seu filho na Educação Infantil do Instituto de Menores contribuiu para a sua inserção no mercado de trabalho e a melhoria das garantias necessárias para o cuidado da família? Sim.

20) Após matricular o seu filho na escola infantil Dom Antônio Zattera, o que você acha que mudou na sua vida? Eu posso trabalhar, posso deixar ela em uma escola onde ela tem toda uma alimentação de qualidade, isso pra mim é muito bom. Eu pedi muito para conseguir uma vaga aqui, as professoras me ajudam muito com ela, é uma alimentação a menos para pagar, principalmente por estar desempregada. Pra mim aqui é tudo de bom.

21) Caso deseje, relate experiências anteriores, apontando dificuldades e obstáculos enfrentados durante a sua trajetória como chefe de família: estou estável na medida do possível. Não tenho apoio de família, sempre fui sozinha, depois que tive filho eu continuei sozinha. A minha filha de 9 anos mora no São Vicente, eu não vi o crescimento dela, pois trabalhava de carteira assinada e o pai não pagava pensão e nem ajudava a cuidar dela, então a avó paterna ficou com essa responsabilidade de ficar com ela de noite enquanto eu trabalhava. Por causa das minhas condições agora, ela mora com a avó paterna e vem para a minha casa nos finais de semana. Perdi meus pais muito cedo, morei na casa das meninas e por determinação do Conselho eu tinha que vir para o instituto quando era pequena. Eu estava aqui quando me ligaram falando que a minha mãe havia falecido, as minhas irmãs mais velhas não tinham condições de ficarem comigo e por isso fui para a casa das meninas. A assistente social daqui me conhece desde pequena. Quando fiz 18 anos tive que sair da casa pois era obrigatório, ai fui trabalhar, logo engravidei dessa minha filha mais velha e sempre tive responsabilidades de me virar e cuidar dela sozinha

22) Você acessa a rede de assistência social no município de Pelotas? Indique quais serviços: Sim, o CRAS e a UBS do Obelisco.

23) Aponte os principais problemas enfrentados para acessar os serviços públicos de saúde e assistência social no município de Pelotas: A maior dificuldade que tem nos CRAS são as filas e os profissionais para trabalhar, pois o sistema não paga muito bem por esses profissionais então tu vai em um CRAS e geralmente não tem o profissional necessário pois o governo não paga. Igual em posto, muitas vezes tu vai e não tem médico pois não foram pagos e não vão trabalhar. Essa é a maior dificuldade encontrada em tudo que é serviço público, não tem o que fazer. A falta de profissionais é a realidade. As vezes até tem o profissional para atender, mas ele está sobrecarregado, então não consegue dar conta.

24) Na sua opinião, que tipo de política pública (municipal, estadual e nacional, patrocinada pelo Governo) pode contribuir para a retirada das mães solas da condição de vulnerabilidade socioeconômica: vamos entrar na mesma parte social, o que posso dizer? Por mais que tenha um profissional, ele só vai conseguir te ajudar na parte que envolva a profissão dele, ele não consegue resolver tudo. Podia criar um projeto remunerado para as mães solo. Uma parte fica com o projeto para dar continuidade e outra seria dividida entre as mães pois seria um incentivo para elas

participarem, mas não tem isso em Pelotas. Tem alguns cursos no Senac, mas para nós, mães solo que não tem escolaridade, não tem oportunidade em lugar nenhum. Precisa ter algum projeto de conseguir uma moradia digna para essas pessoas. O Minha Casa Minha Vida, que é uma coisa do Governo igual o Bolsa Família, em Pelotas é um atraso, a gente vai na Habitação e a resposta é que Pelotas perdeu os prazos de inscrição, então dificulta ainda mais a vida de nós, mães solo, pois seria nossa única oportunidade de ter uma casa própria.

25) Espaço aberto para comentários sobre a experiência como chefe de família monoparental e comentários em geral: Ninguém te dá uma assistência para cuidar teus filhos, muitas vezes não é por não cuidar, aí vem o Conselho (Tutelar) e leva teus filhos porque tu não cuidou, mas eles não veem que é uma mãe que não tem emprego, não tem uma casa decente, não tem dinheiro para a comida e não consegue manter as roupas limpas. A gente não conhece a história de cada um, as vezes é a escolha que a pessoa precisa fazer, pensando no que é melhor para os filhos. Ninguém quer mandar seu filho para a casa do carinho, mas as vezes é a opção que tem, pra ele ter onde morar e ter o que comer. Eu me viro. O que acontece? A pessoa vai se desgostando da vida. Nem tudo é drogas. Tu perdeu teu filho, perdeu tua casa, teu emocional vai lá para baixo. É assim que funciona. Mas ninguém olha pra isso, ninguém vê essa parte. A sociedade fecha os olhos para essas mães. Acho que antes de cobrar alguma coisa, antes do Governo querer exigir algo das mães, é preciso olhar para as histórias delas. Pra mim, a minha filha poder estudar aqui é maravilhoso, aqui ela tem acompanhamento com médicos que eu nunca ia conseguir pagar, tudo melhorou depois que matriculei a menor aqui.

Entrevista 3

Nome: Mãe 3

1) Idade: 31

2) Naturalidade: Viamão

3) Estado civil: Solteira

4) Escolaridade: Fundamental incompleto

5) Raça/Cor/Etnia: branca

6) Profissão: Aposentada/autônoma

7) Exerce trabalho remunerado? Sim

8) Modalidade do trabalho exercido? Autônoma

9) Horas diárias trabalhadas: 7h

10) Qual o valor do salário recebido? 1020 + 800

11) Recebe Bolsa Família ou outro auxílio do Governo? Apenas BPC

12) Se considera mãe solo? Comente: Sim

13) Número de filhos? 1

14) Idade dos filhos? 5 anos

15) Quantos filhos frequentam o Instituto de Menores? Idade: nenhum

16) Possui família extensa ou outra rede de apoio para dividir as responsabilidades de cuidado com seus filhos? Meu avô me ajuda quando precisa. meu pai biológico me dá um apoio, eu fui criada pelos meus avós.

17) Quantos filhos frequentam a Educação Infantil no Instituto? Idade: 1, 5 anos

18) Em que ano seu filho começou a frequentar o IMDAZ (escola)? 2022

19) Na sua opinião, a frequência do seu filho na Educação Infantil do Instituto de Menores contribuiu para a sua inserção no mercado de trabalho e a melhoria das garantias necessárias para o cuidado da família? Contribui.

20) Após matricular o seu filho na escola infantil Dom Antônio Zattera, o que você acha que mudou na sua vida? Bastante coisa mudou. Ela se desenvolveu bastante, era uma criança que tu não podia olhar para ela, agora ela mudou, se desenvolveu, melhorou, está até mais obediente. Quer ajudar em casa de tudo que é forma, quer fazer as coisas. Ela tá sendo mais madura do que está sendo antes, não tenho queixas do colégio, aqui ela mudou bastante, tá bem falante, coisa que antes ela quase não falava, agora fala até demais. vejo que ela está se dedicando mais aos estudos. **Entrevistadora: E na tua vida? o que tu percebe que mudou?** Na minha

vida mudou bastante também, hoje eu consigo tomar conta da casa, consigo trabalhar descansada pois aqui ela está bem cuidada, consigo manter tudo organizado para conseguir ter o horário para buscar, para levar.

21) Caso deseje, relate experiências anteriores, apontando dificuldades e obstáculos enfrentados durante a sua trajetória como chefe de família: A dificuldade que eu tinha antes era me organizar nas coisas, pois antes eu deixava tudo para depois, agora consigo fazer tudo antes, deixar organizado. Está tudo bem mudado.

22) Você acessa a rede de assistência social do município de Pelotas? Indique quais serviços: Não, se preciso de assistente social eu tento procurar a daqui (Instituto de Menores), pois no CRAS não adianta, eu já procurei várias vezes e nunca consegui nada. Aqui a Ana me apoia, me ajuda, me dá conselhos. Até na UBS para ter vacina é difícil, geralmente tu procura e não tem.

23) Aponte os principais problemas enfrentados para acessar os serviços públicos de saúde e assistência social do município de Pelotas: O CRAS eu só procuro para atualizar meu cadastro único. Tentei retirar uma cesta básica e não consegui, pois lá me disseram que tinha muita burocracia e acabei deixando para lá.

24) Na sua opinião, que tipo de política (municipal, estadual e nacional, patrocinada pelo Governo) pode contribuir para a retirada das mães solo da condição de vulnerabilidade socioeconômica? O que as crianças reclamam mais é a dificuldade de locomoção, como na hora da chuva e tudo mais, pois nesses dias muitas não conseguem vir. Uma simulação: se tivesse uma van, que desse para trazer as crianças e com preço social, que fosse ao menos só nos dias de chuva, já iria ajudar muito.

25) Espaço aberto para comentários sobre a experiência como chefe de família monoparental e comentários em geral: No momento, pra mim está sendo bom. Eu tento puxar como experiência, dar exemplos pra ela, pois a nossa realidade é diferente dos contos de fadas que ela assiste. Eu não mimo, dou carinho e amor, mas não mimo. Eu tento dar o melhor de mim pra ela, eu não tive estudo e quero que ela tenha, tudo que eu não pude fazer, quero que ela possa fazer.

Entrevista 4

Nome: Mãe 4

1) Idade: 40

2) Naturalidade: Pelotas

3) Estado Civil: Viúva

4) Escolaridade: Ensino médio completo

5) Raça/Cor/Etnia: Branca

6) Profissão: Do lar, tipo assim eu tenho um barzinho em casa. Como meu pai é cadeirante né então não tem como trabalhar fora.

7) Exerce trabalho remunerado: sim

8) Modalidade do trabalho exercido: autônoma

9) Horas diárias trabalhadas: 12 horas/dia

10) Qual valor do salário recebido: menos de 1 salário

11) Recebe Bolsa Família ou outro auxílio do Governo: Não

12) Se considera mãe solo? Comente: Sim, É puxado, não vou dizer que não né, claro que eu amo meus filhos e a gente faz tudo com amor para eles mas pensam né, agora depois que ele faleceu é só eu. Tenho meu pai, mas meu pai eu conto como filho também né, tem que trocar fralda e aquela função toda. Eu sou responsável por ele então é como se tivesse 4 filhos. Muitas vezes eu me sinto como? se eu resolvo o problema de cada um, ainda tenho que resolver os meus problemas.

13) Número de filhos(as): 3

14) Idade dos filhos: 16, 7 e 1 ano e 10 meses

15) Quantos filhos frequentam o Instituto de Menores? 2 Idade: 16 e 7 anos

16) Possui família extensa ou outra rede de apoio para dividir as responsabilidades de cuidados com seus(uas) filhos(as)? Não, nem sei o que é isso. As vezes conto com ajuda da minha mãe.

17) Quantos filhos frequentam a Educação Infantil no Instituto de Menores? 1 Idade: 1 ano e 10 meses.

18) Em que ano seu filho(a) começou a frequentar o IMDAZ (escola)? 2022

19) Na sua opinião, a frequência do seu filho na Educação Infantil do Instituto de Menores contribuiu para a sua inserção no mercado de trabalho e a melhoria das garantias necessárias para o cuidado da família? Contribuiria se eu não

precisasse cuidar do meu pai pois não posso trabalhar fora pois não tem quem cuide dele.

20) Após matricular o seu filho na escola infantil Dom Antônio Zattera, o que você acha que mudou na sua vida? Eu tenho mais tempo pra resolver outras coisas né e também é tipo, eu não estou tirando da minha responsabilidade de mãe, mas na escola está aprendendo muito mais coisa do que eu poderia estar ensinando em casa e eu tenho bem mais tempo pra resolver outras coisas.

21) Caso deseje, relate experiências anteriores, apontando dificuldades e obstáculos enfrentados durante a sua trajetória como chefe de família: Antes eu tinha alguém pra dividir comigo né, os cuidados. Pra compartilhar coisas e agora eu não tenho. Eu tenho meus problemas eu tenho que resolver e eu tenho que resolver o problema dos outros, sou só eu, sabe. Não tenho mais aquele apoio que eu tinha, um companheiro entendeu, na realidade casamento né eu não tenho isso.

22) Você acessa a rede de assistência social no município de Pelotas? Indique quais serviços: Sim, CREAS.

23) Aponte os principais problemas enfrentados para acessar os serviços públicos de saúde e assistência social no município de Pelotas: Não tive dificuldades

24) Na sua opinião, que tipo de política pública (municipal, estadual e nacional, patrocinada pelo Governo) pode contribuir para a retirada das mães solas da condição de vulnerabilidade socioeconômica: Poderia ter algum tipo de rede de apoio no CRAS para as mães solo, principalmente para as que nunca trabalharam.

25) Espaço aberto para comentários sobre a experiência como chefe de família monoparental e comentários em geral: Sempre fui muito independente, então quando meu marido faleceu eu não dependia financeiramente dele então não passei muitas dificuldades, mas é difícil ter que lidar com todas essas situações sozinha, sem ter com quem contar.

Entrevista 5

Nome: Mãe 5

1) Idade: 31

2) Naturalidade: Pelotas

3) Estado civil: Solteira/divorciada

4) Escolaridade: Ensino médio incompleto

5) Raça/Cor/Etnia: Parda

6) Profissão: diarista

7) Exerce trabalho remunerado? Sim

8) Modalidade do trabalho exercido? autônoma

9) Horas diárias trabalhadas: 4h por dia

10) Qual o valor do salário recebido? 1 salário

11) Recebe Bolsa Família ou outro auxílio do Governo? Bolsa família. R\$ 1.100 aproximadamente.

12) Se considera mãe solo? Comente: Sim

13) Número de filhos? 5

14) Idade dos filhos? 12, 9, 1 casal de gêmeos de 6 anos e um bebê de 10 meses.

15) Quantos filhos frequentam o Instituto de Menores? Idade: 4 filhos. 12 anos, 9 anos e os gêmeos de 6 anos.

16) Possui família extensa ou outra rede de apoio para dividir as responsabilidades de cuidado com seus filhos? Tenho minha mãe, meu pai e meus irmãos.

17) Quantos filhos frequentam a Educação Infantil no Instituto? Idade: 1, 10 meses.

18) Em que ano seu filho começou a frequentar o IMDAZ (escola)? 2023

19) Na sua opinião, a frequência do seu filho na Educação Infantil do Instituto de Menores contribuiu para a sua inserção no mercado de trabalho e a melhoria das garantias necessárias para o cuidado da família? Muito.

20) Após matricular o seu filho na escola infantil Dom Antônio Zattera, o que você acha que mudou na sua vida? Fiquei mais independente, não preciso ficar pedindo para ninguém cuidar deles. Eu fico mais tranquila pois sei que das 8h às 17h eles estão em aula, estão estudando, se alimentando e tudo mais, ai eu fico mais tranquila para trabalhar.

21) Caso deseje, relate experiências anteriores, apontando dificuldades e obstáculos enfrentados durante a sua trajetória como chefe de família: Nem sei.

É difícil tu criar 5 filhos sozinha. Mas é sozinha mesmo, pois o pai não paga nem pensão, não ajuda com nada, então é bem difícil, mas está indo, 'tá tudo certo'.

22) Você acessa a rede de assistência social do município de Pelotas? Indique

quais serviços: O CRAS e quando eu preciso de alguma coisa a assistente social me ajuda, lá da casa da acolhida que eu fiquei (Casa de acolhida Luciety).

23) Aponte os principais problemas enfrentados para acessar os serviços públicos de saúde e assistência social do município de Pelotas: Não tive

dificuldades para ser atendida. Quando eu era casada não acessava nenhum serviço. Quando sai de casa, fui direto para o abrigo, então a Andreia (assistente social do abrigo Luciety) me ajuda sempre que preciso.

24) Na sua opinião, que tipo de política (municipal, estadual e nacional, patrocinada pelo Governo) pode contribuir para a retirada das mães solo da

condição de vulnerabilidade socioeconômica? O IMDAZ é bem bom para as mães que precisam trabalhar, pois as crianças ficam aqui o dia inteiro e estão seguras. Deveria ter mais lugares e projetos assim, como tem aqui, como dança e esportes.

25) Espaço aberto para comentários sobre a experiência como chefe de família monoparental e comentários em geral: É muito difícil, quando tu realmente precisa

ninguém te ajuda, ninguém quer se envolver, mas agora as coisas estão melhorando, principalmente depois que meus filhos vieram para cá (Instituto).

Entrevista 6

Nome: Mãe 6

1) Idade: 43

2) Naturalidade: Porto Alegre

3) Estado civil: Divorciada

4) Escolaridade: Superior incompleto

5) Raça/Cor/Etnia: Branca

6) Profissão: Operadora de caixa (no momento diarista)

7) Exerce trabalho remunerado? No momento não

8) Modalidade do trabalho exercido? autônoma

9) Horas diárias trabalhadas: 8h (quando trabalhava)

10) Qual o valor do salário recebido? Não tenho um valor fixo, menos de 1 salário

11) Recebe Bolsa Família ou outro auxílio do Governo? Não

12) Se considera mãe solo? Comente: Sim, é bem cansativo né?! Quando eu estava trabalhando tinha que sair cedo de casa com ela. A Sthefane (criança) veio por meio de adoção, então ela passou os primeiros 11 meses com uma família, aí teve toda a adaptação dela, por isso eu tive que sair do emprego que eu tinha pois precisava passar mais tempo com ela. Foi um pouco complicado, às vezes ainda é, mas é maravilhoso, apesar de ser cansativo.

13) Número de filhos? 1

14) Idade dos filhos? 2 anos

15) Quantos filhos frequentam o Instituto de Menores? Idade: Nenhum

16) Possui família extensa ou outra rede de apoio para dividir as responsabilidades de cuidado com seus filhos? Os padrinhos dela, são bem presentes, as vezes se eu preciso trabalhar eles buscam e levam ela para a escola, me ajudam bastante.

17) Quantos filhos frequentam a Educação Infantil no Instituto? Idade: 1, 2 anos

18) Em que ano seu filho começou a frequentar o IMDAZ (escola)? 2022

19) Na sua opinião, a frequência do seu filho na Educação Infantil do Instituto de Menores contribuiu para a sua inserção no mercado de trabalho e a melhoria das garantias necessárias para o cuidado da família? Com certeza, talvez eu nem conseguisse trabalhar se ela não estivesse aqui. Ou teria que pagar alguém para cuidar dela.

20) Após matricular o seu filho na escola infantil Dom Antônio Zattera, o que você acha que mudou na sua vida? Acho que ela ficou mais calma, mais sociável, com outras crianças até. Ela aprendeu coisas que outras crianças na idade dela não sabem. **Entrevistadora: E na tua vida? o que tu percebe que mudou?** Na minha vida mudou bastante, até a nossa vivência junto. A adaptação dela aqui ajudou na adaptação dela em casa também, melhorando a nossa convivência e relacionamento.

21) Caso deseje, relate experiências anteriores, apontando dificuldades e obstáculos enfrentados durante a sua trajetória como chefe de família: Não tenho nenhuma dificuldade grande que a maioria das mães passam. É bem cansativo, já me peguei várias vezes chorando, fico meio perdida sem saber o que fazer. Pois tudo ela gritava, então eu ficava perdida. As pessoas falam que eu passo muito a mão na cabeça pois ela nunca ganhou nem um castigo, nunca gritei com ela, então ela não tem limites. Então a minha maior dificuldade com ela é impor limites, principalmente em casa.

22) Você acessa a rede de assistência social do município de Pelotas? Indique quais serviços: UBS e CRAS para tentar receber o Bolsa Família.

23) Aponte os principais problemas enfrentados para acessar os serviços públicos de saúde e assistência social do município de Pelotas: Não tive dificuldades, foi bem tranquilo.

24) Na sua opinião, que tipo de política (municipal, estadual e nacional, patrocinada pelo Governo) pode contribuir para a retirada das mães solo da condição de vulnerabilidade socioeconômica? Eu acho que poderia ter algo, pois cada mãe lida de um jeito, mas acho que não seria só para mães solo, teria que ser para família, pois as famílias também passam pelas mesmas dificuldades.

25) Espaço aberto para comentários sobre a experiência como chefe de família monoparental e comentários em geral: Eu acho o Instituto maravilhoso, para mim é ótimo poder colocar a Sthefane aqui.

Entrevista 7

Nome: Mãe 7

1) Idade: 31

2) Naturalidade: Pelotas

3) Estado civil: Solteira

4) Escolaridade: Médio completo

5) Raça/Cor/Etnia: Preta

6) Profissão: empreendedora

7) Exerce trabalho remunerado? Sim

8) Modalidade do trabalho exercido? autônoma

9) Horas diárias trabalhadas: 5/6h

10) Qual o valor do salário recebido? 2.000

11) Recebe Bolsa Família ou outro auxílio do Governo? Bolsa família e BPC/LOAS

12) Se considera mãe solo? Comente: Não, pois aos finais de semana elas vão para os pais.

13) Número de filhos? 3

14) Idade dos filhos? 9 anos e gêmeas de 4 anos

15) Quantos filhos frequentam o Instituto de Menores? Idade: Não

16) Possui família extensa ou outra rede de apoio para dividir as responsabilidades de cuidado com seus filhos? Sim, meu pai e os pais das minhas filhas.

17) Quantos filhos frequentam a Educação Infantil no Instituto? Idade: 2 de 4 anos

18) Em que ano seu filho começou a frequentar o IMDAZ (escola)? 2023

19) Na sua opinião, a frequência do seu filho na Educação Infantil do Instituto de Menores contribuiu para a sua inserção no mercado de trabalho e a melhoria das garantias necessárias para o cuidado da família? Sim.

20) Após matricular o seu filho na escola infantil Dom Antônio Zattera, o que você acha que mudou na sua vida? Ah, a evolução delas principalmente. Mas posso trabalhar durante o dia também me ajudou bastante.

21) Caso deseje, relate experiências anteriores, apontando dificuldades e obstáculos enfrentados durante a sua trajetória como chefe de família: Ah a criação né, é 24 horas tudo comigo, é difícil.

22) Você acessa a rede de assistência social do município de Pelotas? Indique quais serviços: Não, apenas UBS para vacinas e o CRAS para inscrição no Bolsa Família.

23) Aponte os principais problemas enfrentados para acessar os serviços públicos de saúde e assistência social do município de Pelotas: Quando precisei achei difícil, eles não atendem ligação e para conseguir agendar atendimento é muito demorado. Na UBS nunca tive problemas.

24) Na sua opinião, que tipo de política (municipal, estadual e nacional, patrocinada pelo Governo) pode contribuir para a retirada das mães solo da condição de vulnerabilidade socioeconômica? Deveria ter algum tipo de projeto nos CRAS voltado para as mães solo.

25) Espaço aberto para comentários sobre a experiência como chefe de família monoparental e comentários em geral: Só queria agradecer as professoras principalmente, pelo cuidado que elas têm com as minhas filhas, principalmente com a Sophia pois ela é autista e elas são muito bem cuidadas aqui. Elas gostam de vir e isso reflete o carinho que elas recebem aqui.

Entrevista 8

Nome: Mãe 8

1) Idade: 36

2) Naturalidade: Pelotas

3) Estado civil: Solteira

4) Escolaridade: Superior completo

5) Raça/Cor/Etnia: Branca

6) Profissão: Técnica de enfermagem

7) Exerce trabalho remunerado? Sim

8) Modalidade do trabalho exercido? Carteira assinada

9) Horas diárias trabalhadas: 7h

10) Qual o valor do salário recebido? 1.900

11) Recebe Bolsa Família ou outro auxílio do Governo? Não

12) Se considera mãe solo? Comente: Sim. É bem difícil, é cansativo na verdade. Eu até tinha uma ajuda antes do pai. Eu digo ajuda pois é o que ele falava que iria fazer: ajudar. Mas como agora ele não mora mais em Pelotas ficou bem difícil pois agora eu sou mãe e pai 24 horas. Ele se mudou para Santa Catarina. Nas férias ele até cogitou levar o filho para ficar lá, mas não dá para levar em conta pois no meio do caminho ele desiste e eu também não sei se ficaria confortável em deixar ele ir para tão longe.

13) Número de filhos? 1

14) Idade dos filhos? 6 anos.

15) Quantos filhos frequentam o Instituto de Menores? Idade: Nenhum

16) Possui família extensa ou outra rede de apoio para dividir as responsabilidades de cuidado com seus filhos? Só a minha mãe, agora que ela não está trabalhando consegue me ajudar, mas quando trabalhava era muito difícil. E se ela voltar a trabalhar também não tem ninguém, é só eu.

17) Quantos filhos frequentam a Educação Infantil no Instituto? Idade: 1, 6 anos

18) Em que ano seu filho começou a frequentar o IMDAZ (escola)? 2023

19) Na sua opinião, a frequência do seu filho na Educação Infantil do Instituto de Menores contribuiu para a sua inserção no mercado de trabalho e a melhoria das garantias necessárias para o cuidado da família? Muito.

20) Após matricular o seu filho na escola infantil Dom Antônio Zattera, o que você acha que mudou na sua vida? Eu tive a possibilidade de terminar meu curso técnico na parte da tarde, melhorou a nossa renda familiar pois eu sempre tive que pagar escola particular para ele poder ficar enquanto eu trabalho/estudo.

21) Caso deseje, relate experiências anteriores, apontando dificuldades e obstáculos enfrentados durante a sua trajetória como chefe de família: Meus horários são bem difíceis então ele estar aqui me ajudou bastante. Meu salário era todinho só para as contas, não sobrava nada, agora consigo me organizar melhor. Eu também não recebo pensão, está na justiça, então ele paga pensão quando quer, o valor que quer, pois não tem nada definido. Tem meses que ele me paga 50 reais de pensão, outros meses é 100. Então colocar meu filho aqui me ajudou muito.

22) Você acessa a rede de assistência social do município de Pelotas? Indique quais serviços: O CRAS quando necessário.

23) Aponte os principais problemas enfrentados para acessar os serviços públicos de saúde e assistência social do município de Pelotas: No CRAS foi difícil, o que eu precisei não consegui.

24) Na sua opinião, que tipo de política (municipal, estadual e nacional, patrocinada pelo Governo) pode contribuir para a retirada das mães solo da condição de vulnerabilidade socioeconômica? Acho que não necessariamente para as mães, mas poderia ter algo para a família em geral.

25) Espaço aberto para comentários sobre a experiência como chefe de família monoparental e comentários em geral: Tenho muita dificuldade para conseguir uma continuidade de tratamento para meu filho que tem TDAH, não consigo pagar tudo particular, então é difícil conseguir um atendimento adequado para ele. Na escola anterior eles não me avisaram a dificuldade que o meu filho tinha na sala, até falavam que ele tinha dificuldade mas que era normal da criança e aqui ele conseguiu se desenvolver muito, me falaram sobre as dificuldades dele e a partir daí comecei a procurar a ajuda necessária para ele. Agora só tenho a agradecer ao Instituto que graças a Deus apareceu no meu caminho.

Entrevista 9

Nome: Mãe 9

1) Idade: 48

2) Naturalidade: Pelotas

3) Estado civil: Divorciada

4) Escolaridade: Médio completo

5) Raça/Cor/Etnia: Branca

6) Profissão: diarista

7) Exerce trabalho remunerado? Sim

8) Modalidade do trabalho exercido? autônoma

9) Horas diárias trabalhadas: 8h

10) Qual o valor do salário recebido? 1.200

11) Recebe Bolsa Família ou outro auxílio do Governo? Não

12) Se considera mãe solo? Comente: Sim, totalmente.

13) Número de filhos? 1.

14) Idade dos filhos? 6 anos.

15) Quantos filhos frequentam o Instituto de Menores? Idade: Nenhum

16) Possui família extensa ou outra rede de apoio para dividir as responsabilidades de cuidado com seus filhos? Não, tenho duas primas que em caso muito específico até ajudam, mas é só eu para tudo.

17) Quantos filhos frequentam a Educação Infantil no Instituto? Idade: 1, 6 anos.

18) Em que ano seu filho começou a frequentar o IMDAZ (escola)? 2022

19) Na sua opinião, a frequência do seu filho na Educação Infantil do Instituto de Menores contribuiu para a sua inserção no mercado de trabalho e a melhoria das garantias necessárias para o cuidado da família? Sim, muito. Eu dependo da escola para poder dar uma estabilidade de vida para ela. Eu sabendo que ela está segura, consigo trabalhar até no meu ramo que não é a faxina. **Entrevistadora: Qual é o teu ramo?** Vendas. Eu trabalhava no Shopping Atacadista, trabalhava no comércio. E para que eu consiga trabalhar no comércio aqui, só quando ela está aqui na escola.

20) Após matricular o seu filho na escola infantil Dom Antônio Zattera, o que você acha que mudou na sua vida? Principalmente trabalhar. Depois que ela entrou aqui eu pude começar a trabalhar, eu aviso na faxina que deixo minha filha às 7:45 na

escola então marco a faxina para as 8h e que termine até o horário de pegar ela aqui de volta. Tento sempre fechar faxinas para que eu consiga trabalhar 8 horas corridas para conseguir ter uma renda melhor para nós, então trabalho até às 16:30 para vir direto buscar ela.

21) Caso deseje, relate experiências anteriores, apontando dificuldades e obstáculos enfrentados durante a sua trajetória como chefe de família:

22) Você acessa a rede de assistência social do município de Pelotas? Indique quais serviços: Em Santa Catarina eu era acompanhada pelo CREAS, aí me encaminharam para o CRAS daqui, quando voltamos para Pelotas.

23) Aponte os principais problemas enfrentados para acessar os serviços públicos de saúde e assistência social do município de Pelotas: Não, eu sempre consegui ser atendida aqui.

24) Na sua opinião, que tipo de política (municipal, estadual e nacional, patrocinada pelo Governo) pode contribuir para a retirada das mães solo da condição de vulnerabilidade socioeconômica? Projetos sempre são bons né, ajudam bastante. Agora assim de cabeça eu não consigo pensar em nada. Até para a minha filha o que ela mais precisa é da parte da psicologia e não tem esse tipo de atendimento no CRAS aqui. Em Santa Catarina ela tinha acompanhamento e eu também. As mesmas situações que as mães passam, as crianças passam também. Poderia ter algum atendimento para as mães. Lá eles me ajudavam muito com isso. Como lá é pelo Governo Federal eles davam alimentação, tinha acompanhamento pela escola, eles 'davam' parecer explicando a nossa situação para a escola e qualquer tipo de assistência que eu precisava. Lá eles estão sempre em cima, a cada 15 dias eu precisava ir no CREAS para passar por atendimento, aqui isso não acontece. Logo que eu vim para cá eu consegui ajuda com alimentação pelo CRAS que me ajudou bastante, mas em comparação aos alimentos recebidos lá em Santa Catarina, lá vinha uma alimentação completa que durava quase o mês todo, aqui vem pouca quantidade. Lá eu tive bastante apoio, até para voltar para Pelotas, pois aqui eu ainda tinha a minha mãe, que acabou falecendo depois pois estava doente, mas lá me aconselharam a voltar para cá, para ficarmos perto dos familiares aqui, lá não tínhamos ninguém, era só o pai dela e o divórcio foi muito complicado pois ele não aceitava, teve que ser determinado pela justiça e após isso ele não quis mais manter contato com a filha e até hoje não paga nada de pensão, faz 8 meses que estou aguardando pela Justiça e não saiu nada ainda.

25) Espaço aberto para comentários sobre a experiência como chefe de família monoparental e comentários em geral: A creche dela lá em Santa Catarina era tipo um Sítio e era da Prefeitura. Era maravilhoso. Lá eles têm algumas escolas piloto, onde faziam palestras e estavam sempre presentes com os adolescentes, ficavam em cima mesmo, faziam palestras, trabalhos, sempre orientando sobre temas como drogas, violência, conscientização no trânsito, essas coisas. E aqui a gente não vê isso acontecendo. Seria interessante fazer esses tipos de atividades aqui, o município é bem grande. Aqui (Instituto), parece que tem estrutura para esse tipo de atividade.

Entrevista 10

Nome: Mãe 10

1) Idade: 37

2) Naturalidade: Pelotas

3) Estado Civil: Solteira

4) Escolaridade: Superior incompleto

5) Raça/Cor/Etnia: Preta

6) Profissão: Auxiliar de educação infantil

7) Exerce trabalho remunerado? Sim

8) Modalidade do trabalho exercido: Servidora Pública

9) Horas diárias trabalhadas? 9h

10) Qual valor do salário recebido? 1300

11) Recebe Bolsa Família ou outro auxílio do Governo? Não

12) Se considera mãe solo? Comente: Sim, é difícil. Eu no caso, eu morei com uma pessoa, junto com essa pessoa durante 14 anos. E infelizmente não deu certo mais né, só que era um desejo tanto dele quanto meu ter um filho né. Faz três anos que eu estou separada dele. Não é fácil, agora ele está morando em outra cidade então não tem nenhum apoio dele nem financeira nem, como se diz, a presencial né. Ele não pega o filho então é bem difícil e cansativo né, o dia a dia. E eu trabalho e estudo, estou tentando terminar a minha graduação, agora faço pedagogia todos os dias então é puxado. Eu parei de estudar pra poder ficar com ele e agora tô voltando novamente depois de quase seis anos.

13) Número de filhos(as): 1

14) Idade dos filhos: 6 anos

15) Quantos filhos frequentam o Instituto de Menores? Idade: Não

16) Possui família extensa ou outra rede de apoio para dividir as responsabilidades de cuidados com seus(uas) filhos(as)? não

17) Quantos filhos frequentam a Educação Infantil no Instituto de Menores?

Idade: 1 de 6 anos

18) Em que ano seu filho(a) começou a frequentar o IMDAZ (escola)? 2022

19) Na sua opinião, a frequência do seu filho na Educação Infantil do Instituto de Menores contribuiu para a sua inserção no mercado de trabalho e a melhoria

das garantias necessárias para o cuidado da família? Sim, me ajudou bastante com a função de ser integral pois ele fica aqui durante meu horário de trabalho.

20) Após matricular o seu filho na escola infantil Dom Antônio Zattera, o que você acha que mudou na sua vida? Facilitou bastante essa função, até pra ele, o desenvolvimento dele né, ajudou bastante porque o auxílio das professoras.

21) Caso deseje, relate experiências anteriores, apontando dificuldades e obstáculos enfrentados durante a sua trajetória como chefe de família: Cansativo né, não é fácil. A gente chega em casa às vezes cansada, ele quer atenção. Tenho tentado fazer o melhor né, graças a Deus eu tenho meus pais que me dão apoio né, eu posso contar com eles. Eles moram perto da minha casa então assim que eu preciso eles acabam me dando um apoio, principalmente agora pra estudo né que aí eu consigo deixar ele com a minha mãe minha, a minha mãe também está estudando, mas meu pai está em casa então tem o apoio pra ele. Me sinto culpada né mas a gente se sente culpada por não estar dando a devida atenção. Mas estou tentando melhorar. Futuramente pelo menos tentar comprar uma casinha, não tenho casa própria. Pra gente ficar um pouquinho melhor.

22) Você acessa a rede de assistência social no município de Pelotas? Indique quais serviços: Procurei o CRAS uma vez para fazer a inscrição para o Cadastro Único e não tive nenhum problema ou dificuldade.

23) Aponte os principais problemas enfrentados para acessar os serviços públicos de saúde e assistência social no município de Pelotas: Solicitam muitos documentos e comprovações.

24) Na sua opinião, que tipo de política pública (municipal, estadual e nacional, patrocinada pelo Governo) pode contribuir para a retirada das mães solas da condição de vulnerabilidade socioeconômica: No momento não penso em nenhuma sugestão.

25) Espaço aberto para comentários sobre a experiência como chefe de família monoparental e comentários em geral: Eu agradeço assim pela ajuda, pelo apoio que me dão aqui sempre, estou sempre incomodando as pessoas, procurando saber se ele se alimenta bem. Só agradecer mesmo.